



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE/CELS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
NÍVEL DE MESTRADO/ PPGEN  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CIÊNCIAS, LINGUAGENS, TECNOLOGIAS E  
CULTURA  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO**

**CLODOALDO REIS AZARIAS**

**DISCRIMINAÇÃO E EXCLUSÃO RACIAL ENVOLVENDO ESTUDANTES  
NEGROS: COMPREENSÃO DE PROFESSORES DE COLÉGIO PÚBLICO E  
PRIVADO**

**FOZ DO IGUAÇU – PR  
2023**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE/CELS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
NÍVEL DE MESTRADO/ PPGEN  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CIÊNCIAS, LINGUAGENS, TECNOLOGIAS E  
CULTURA  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO**

**CLODOALDO REIS AZARIAS**

**DISCRIMINAÇÃO E EXCLUSÃO RACIAL ENVOLVENDO ESTUDANTES  
NEGROS: COMPREENSÃO DE PROFESSORES DE COLÉGIO PÚBLICO E  
PRIVADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEN, área de concentração: Ciências, Linguagens, Tecnologias e Cultura, linha de pesquisa: ensino, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientador(a):** Profa. Dra. Elis Maria Teixeira Palma Priotto.

**FOZ DO IGUAÇU – PR  
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Reis Azarias, Clodoaldo  
DISCRIMINAÇÃO E EXCLUSÃO RACIAL ENVOLVENDO ESTUDANTES  
NEGROS: COMPREENSÃO DE PROFESSORES DE COLÉGIO PÚBLICO E  
PRIVADO / Clodoaldo Reis Azarias; orientadora Elis Maria  
Teixeira Palma Priotto. -- Foz do Iguaçu, 2023.  
97 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) --  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de  
Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino, 2023.

1. Exclusão e discriminação. 2. Racismo e escola. 3.  
Violência contra o negro. I. Teixeira Palma Priotto, Elis  
Maria, orient. II. Título.




**unioeste**  
 Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Reitoria  
 CNPJ 78.680.337/0001-84  
 Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário  
 Tel.: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3225-4590 - www.unioeste.br  
 CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701  
 Cascavel - PARANÁ



## CLODOALDO REIS AZARIAS

### DISCRIMINAÇÃO E EXCLUSÃO RACIAL ENVOLVENDO ESTUDANTES NEGROS: COMPREENSAO DE PROFESSORES DE COLEGIO PUBLICO E PRIVADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino, área de concentração Ciências, Linguagens, Tecnologias e Cultura, linha de pesquisa Ensino em Ciências e Matemática, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

  
 Orientador(a) - Profa Maria Teixeira Palma Priotto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)


 Documento assinado digitalmente  
 REGINALDO APARECIDO ZARA  
 Data: 28/07/2023 14:23:01-0300  
 Verifique em: <https://validar.it.gov.br>

Reginaldo Aparecido Zara

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)


 Documento assinado digitalmente  
 WALDEMIR ROSA  
 Data: 28/07/2023 13:32:10-0300  
 Verifique em: <https://validar.it.gov.br>

Waldemir Rosa

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Foz do Iguaçu, 27 de julho de 2023

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a algumas pessoas especiais: Sebastião Carvalho Azarias (*in memóriam*), meu pai, pelo exemplo de superação e inspiração de vida. Antonia Esteves Azarias, minha mãe, por sua força e dedicação para comigo em todos os momentos. Sonia Maria da Silva Azarias, esposa pelo apoio e compreensão durante a fase de mestrado, como em todos os momentos de minha vida, desde 1990. Natan Reis Azarias, filho primogênito que me convenceu a me inscrever no Programa de Pós-graduação Ensino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Ao Guilherme Reis Azarias, meu filho caçula pela parceria de sempre e seu bom humor.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos líderes da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico no Paraná e em especial aos membros da Comunidade de Foz do Iguaçu, PR. Aos professores do programa de mestrado da Unioeste, Campus de Foz do Iguaçu, PR, em especial a Dra. Professora Elis Maria Teixeira Palma Priotto, pela escolha de meu projeto, pela orientação, compreensão e paciência durante a elaboração deste trabalho.

AZARIAS, Clodoaldo Reis. **Discriminação e exclusão racial envolvendo estudantes negros: compreensão de professores de colégio público e privado. 2023.** (nº de pág.) XXX f. Dissertação/Tese (Mestrado/Doutorado em ENSINO). Programa de Pós-Graduação em ENSINO. Área de concentração: Ciências, Linguagens, Tecnologias e Cultura, Linha de Pesquisa: Ensino. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2023.

## RESUMO

Historicamente, no Brasil, negros foram alijados da sociedade, sendo relegados como sendo de classe inferior, é assim, desde a escravização, passando pela abolição da escravatura e chegando aos dias atuais. O racismo no Brasil está estruturado, e traz consigo algumas formas de violências, destacamos aqui o preconceito, a exclusão e a discriminação. Nas últimas décadas foram criados manifestos e movimentos com a intenção de mudar a situação do racismo no Brasil, e como resultado dessas ações relacionadas a violência contra o negro, tem se buscado implementar formas de prevenção e combate à violência racial no ambiente escolar. A pesquisa **objetiva** investigar qual a compreensão dos professores frente a violência racial envolvendo o estudante negro no ambiente escolar da rede Estadual e Privada, do Ensino Fundamental II e Médio de Foz do Iguaçu/PR. **Método:** estudo descritivo, exploratório, de natureza qualitativa, em colégios da rede pública e privada com professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio de Foz do Iguaçu. Utilizamos a entrevista semiestruturada e a análise descritiva. **Resultados** Os professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, nos Colégios Públicos e Privado de Foz do Iguaçu, PR, entrevistados entendem o preconceito, a discriminação e a exclusão como uma realidade nos ambientes escolares. Sobre a existência do racismo, os professores afirmaram já terem presenciado atitudes discriminatórias como ofensas raciais. Em relação ao currículo História e Cultura Afro-brasileira, oriundo da lei 10639/2003, os entrevistados confirmam a utilização, no entanto, na concepção dos professores, o currículo é subutilizado, enquanto outros materiais didáticos que retratem a história e a cultura afro-brasileira são inexistentes nos colégios dos professores entrevistados. A violência envolvendo o negro é histórica e contínua, isso significa dizer, que ela é uma ação contínua. O racismo está estruturado e se manifesta em toda a sociedade. Algumas formas de manifestações do racismo vêm como retórica; institucional; estrutural; interpessoal; recreativo e cultural. Esses são comportamentos identificados na pesquisa e na sociedade brasileira, e perpetuam o racismo, e a escola como estrutura social não está imune às práticas e atitudes racistas. Os professores, tanto da instituição pública como privada, concordam que há discriminação e exclusão do estudante negro e reconhecem a existência dessas formas de violência por meio de agressão física e verbal, e que eles encontram dificuldades para compreender e lidar com a hostilidade envolvendo os estudantes negros. Identificamos diferenças no encaminhamento dado pelos colégios no enfrentamento ao racismo. O colégio público trata as questões pontuais, quando há atitudes entendidas como racista pelo professor e a questão é resolvida em sala de aula; no colégio privado as ações são permanentes por meio da conscientização durante o ano letivo.

**Palavras-chave:** Exclusão e discriminação; Racismo e escola; Violência contra o negro.

AZARIAS, Clodoaldo Reis. **Racial discrimination and exclusion involving black students: the understanding of public and private school teachers**. 2023. (nº de pág.) XXX f. Dissertation/Thesis (Master's/Doctorate in TEACHING). Postgraduate Program in TEACHING. Area of concentration: Sciences, Languages, Technologies and Culture, Line of Research: Teaching. State University of Western Paraná - UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2023.

## ABSTRACT

Historically, in Brazil, black people have been excluded from society, being relegated to an inferior class, since the time of slavery, the abolition of slavery, and up to the present day. Racism in Brazil is structured, and brings with it some forms of violence, here we highlight prejudice, exclusion, and discrimination. In the last decades, manifestations and movements have been created with the intention of changing the situation of racism in Brazil, and as a result of these actions related to violence involving black people, it has been sought to implement ways to prevent and combat racial violence in the school environment. The research aims to investigate the perception of teachers regarding racial violence involving black students in the school environment of the State and private Elementary II and Secondary schools in Foz do Iguaçu/PR. Method: a descriptive, exploratory, qualitative study was carried out in public and private schools with Elementary II and High School teachers in Foz do Iguaçu. We used semi-structured interviews and descriptive analysis. Results The interviewed Elementary II and High School teachers from public and private schools in Foz do Iguaçu, PR, understand prejudice, discrimination and exclusion as a reality in school environments. Regarding the existence of racism, the teachers said they had already witnessed discriminatory attitudes such as racial offenses. In relation to the Afro-Brazilian History and Culture curriculum, originated from the Law 10639/2003, the interviewees confirm its use, however, in the teachers' conception, the curriculum is underused, while other didactic materials that portray Afro-Brazilian history and culture are non-existent in the schools of the interviewed teachers. Violence involving blacks is historical and continuous, that is to say, it is a continuous action. Racism is structured and manifests itself throughout society. Some forms of manifestations of racism come as rhetorical; institutional; structural; interpersonal; recreational and cultural. These are behaviors identified in the research and in Brazilian society, and they perpetuate racism, and the school as a social structure is not immune to racist practices and attitudes. The teachers of both public and private institutions agree that there is discrimination and exclusion of black students and recognize the existence of these forms of violence through physical and verbal aggression, and that they find it difficult to understand and deal with the hostility involving black students. We identified differences in the ways schools deal with racism. The public school deals with specific issues, when there are attitudes perceived as racist by the teacher and the issue is solved in the classroom; in the private school, the actions are permanent, through awareness-raising during the school year.

**Keywords:** Exclusion and discrimination; Racism and school; Contagious violence.

**LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS**

<b>Siglas</b>	<b>Significado</b>
CE	Colégio Estadual
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CP	Colégio Público
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PSS	Processo Seletivo Simplificado
SEAB	Seminário Evangélico Avivamento Bíblico
SERES	Sistema Estadual de Registro Escolar
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEA	Transtorno do Espectro Autista

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
1.1. A VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA RACIAL: CONTINUIDADE E EFEITOS NA HISTÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL .....	18
1.1.1. Violência racial: Preconceito, discriminação e exclusão .....	30
1.1.1.1. <i>Violências estrutural: escola e a reprodução estrutural</i> .....	37
1.1.1.1.1. <i>A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 UMA DESCONSTRUÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO E EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO.</i> .....	43
<b>2. MÉTODO</b> .....	50
2.1. CENÁRIO DA PESQUISA .....	51
2.1.1. Participantes .....	51
2.1.1.1. <i>Critérios de inclusão e exclusão</i> .....	52
2.1.1.1.1. <i>COLETA DOS DADOS</i> .....	52
2.1.1.1.1.1 <i>Instrumentos de coleta de dados</i> .....	52
2.1.1.1.1.1.1. <i>Teste Piloto</i> .....	53
2.1.1.1.1.1.1.1. <i>Análise dos dados</i> .....	53
2.1.1.1.1.1.1.1.1. <i>Parecer Ético</i> .....	53
<b>3. RESULTADOS E DISCUSÃO</b> .....	55
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	82
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	85
<b>APÊNDICE</b> .....	93
<b>ANEXOS</b> .....	94

## APRESENTAÇÃO

Sou filho de pai negro (Sebastião Carvalho Azarias) e mãe branca Antonia Esteves Azarias, tenho três irmãs (Clarice, Cleide e Claudineia) e fomos registrados como pardos. Minhas irmãs e eu temos o tom de pele mais claro que de nosso pai negro, e mais escuro do que a nossa mãe que é branca. Meus amigos de infância eram meus primos, a maioria deles, filhos de pai e mãe negros, assim fazendo que eu interagisse com crianças negras retintas, com o tom de pele mais escuro do que o meu, e vivenciasse e entendesse as diferentes formas de tratamento entre as crianças brancas e as crianças negras.

Assim sendo, presenciei e fui vítima de racismo desde muito cedo, como exemplo, aos dez anos, naquelas brincadeiras em que as crianças dizem: O Joãozinho gosta da Mariazinha, e a Mariazinha gosta do Joãozinho, fizeram essa brincadeira comigo e uma menina da sala, dizendo que eu gostava dela e ela gostava de mim. A resposta dela foi: acha que eu vou gostar de um macaco! Aquela frase me deixou sem reação. Sempre percebi que meus primos sofriam maior discriminação por serem retintos (tom de pele escuro), porém nunca fui isento de ofensas racistas na infância, e mesmo me entendendo como pardo (naquela momenta da história fazia distinção de preto e pardo), compreendia que eu também fazia parte do grupo de pessoas que eram tratados de forma diferente do que as pessoas brancas.

Além de negro, minha formação social e identidade foram forjadas em ambiente de pobreza, e como o de milhões de pessoas com muitas dificuldades. Cresci em sítios e fazendas no norte do Paraná, e estudei em escolas rurais, comecei a trabalhar ainda criança para auxiliar nas finanças da casa dos meus pais.

Com dez anos de idade concluí a quarta série do primeiro grau, em 1980, e não foi possível continuar os estudos, pois a partir da quinta série, os estudos só eram ofertados na cidade, e não mais nas escolas rurais, por causa da falta de transporte e ter que trabalhar, deixei de frequentar a escola.

Minha vida teve uma mudança de perspectiva a partir dos dezoito anos, quando me tornei evangélico. Esse novo contexto religioso me estimulou a leitura e o desejo de voltar aos estudos.

Me casei aos 19 anos com uma mulher negra. Quando eu tinha 22 anos nasceu meu filho Natan. Com 25 anos perdi o meu pai, que foi assassinado ouvindo insultos e palavras racistas do assassino (ponto de muita dor e revolta). E quanto eu iria

completar 26 anos, no dia quatro de janeiro, nasceu meu filho Guilherme, no dia dois de janeiro.

Após a morte de meu pai fui promovido como gestor (administrador) de uma fazenda, que era a função dele, com dezenas de funcionários. Na experiência como gestor (administrador) e na formação e atuação profissional, vivenciei muitas situações racistas e preconceituosas relacionada ao negro.

Ainda no ano de 1995 iniciei como gestor eclesiástico, na Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, naquele primeiro momento dirigente de congregação (terminologia peculiar de denominações religiosas). Desde então, atuei em mais de vinte comunidades religiosas, sendo a primeira comunidade no ano de 1995, até na atualidade.

Após, estímulos, comecei a estudar, em 1994 me matriculei no curso médio, intermediário e avançado do CEIBEL (Instituto Bíblico Eduardo Lane), de Patrocínio, MG, concluído em abril de 1995. No mesmo período comecei os estudos supletivos para conclusão do primeiro grau (ensino fundamental), o que aconteceu aos 26 anos. A conclusão do segundo grau (ensino médio) se deu quando eu tinha 30 anos, assim concluí meus estudos.

No ano de 2008 fui ordenado ao como ministério pastoral (trata-se de hierarquias na denominação), e servi em várias funções dentro da igreja.

Minha formação acadêmica é interdisciplinar, em 2005 comecei a cursar teologia (curso livre) e concluí em dezembro de 2012 a graduação em Bacharel em Teologia, pelo Seminário Evangélico Avivamento Bíblico, SEAB, Ribeirão Pires, SP, o tema da monografia foi Crescimento qualitativo e quantitativo da Igreja.

Em 2007 comecei o curso de graduação, e em setembro de 2011, concluí a Licenciatura em Plena em Pedagogia, pela Faculdade de Pinhais, com o tema da monografia matemática através dos Jogos e Brincadeiras. Ainda no ano de 2011, me inscrevi no curso de pós-graduação Educar para cidadania, porém, por não ter concluído a graduação, fui certificado como curso de Aperfeiçoamento em Educar para cidadania, o artigo foi: Cidadania na pós-modernidade.

Em 2012 me inscrevi para fazer uma pós-graduação em educação especial, no entanto não alcançou número suficiente de alunos para formar turma, migrei para o curso Gestão Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar, durante o curso a faculdade informou que por orientação do MEC (Ministério da Educação e Cultura), esse curso de pós-graduação seria desmembrado e seriam três cursos distintos,

então no final recebi o título de Especialização em Gestão escolar, , tema do artigo, A Gestão Escolar e as Perspectivas sociais. A Especialização em Orientação Educacional: O tema do TCC foi: A orientação escolar frente aos desafios na educação atual. E na especialização em Supervisão Escolar, o tema foi: A Supervisão Escolar nos Novos Tempos.

No ano de 2013, fiz a Especialização em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia, área de Conhecimento em Educação. Neste o TCC teve o tema O Ensino de Filosofia na Educação Atual.

Nos anos de 2015 - 2016, fiz Especialização em Cultura Teológica, o TCC teve como tema; A Importância do Teólogo na Atualidade. Nos anos de 2015 - 2017, fiz a convalidação do bacharelado em teologia, pela Faculdade Evangélica do Piauí, FAPI, tendo assim a titularização de Graduação em Bacharel em Teologia, com reconhecimento pelo MEC, tema da monografia foi, O Evangelho de Mateus numa Perspectiva Literária.

No mês de dezembro de 2020, terminei a pós-graduação em Ensino Religioso, Ferramentas Relevantes para o Ensino Religioso foi o tema do TCC. Em 2021, fiz a Especialização em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia. o tema do TCC: A neuropedagogia proativa: Apoio ao portador do transtorno do espectro autista (TEA).

Nos últimos 12 anos, além do trabalho pastoral, tive experiências como professor, de 2010/2011, lecionei no seminário teológico luterano, de Campo Mourão, PR, Hermenêutica Bíblica e Missão Integral. No seminário SEAB (Seminário Evangélico Avivamento Bíblico) cujo Polo sede é Ribeirão Pires, SP, lecionei, Homilética, Ética Cristã, Aconselhamento Pastoral, História da Igreja, entre outras.

Em Foz do Iguaçu, PR, como professor trabalhei em escola particular, com alunos da pré-escolar (4 e 5 anos) e Fundamental I (de 6 a 10 anos) Ensino Religioso, e na rede municipal de Ensino, atuei na educação infantil (com crianças de 1 a 3 anos de idade) e na pré-escola (com crianças de até 5 anos de idade).

Entendendo que nos últimos 30 anos o menino que tinha apenas o quarto ano (do antigo primário série), com toda dificuldade, e tragédias na família, a superação se deu por meio do conhecimento. Com mais de uma graduação e algumas especializações, surgiu a coragem de ingressar em mais uma pós-graduação, no entanto, não em *lato sensu*, mas em *stricto sensus*.

Então no final de 2020, me inscrevi no programa de Pós-graduação Ensino em Ciências e Matemática, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, PR, com o título do artigo de pesquisa, O Ensino Religioso e a violência escolar: compreensão dos professores da rede estadual de ensino. Fui aprovado em todas as etapas do processo de seleção, e no dia 9 de março de 2021 foi efetivada minha matrícula no mestrado.

Nas primeiras orientações fui desafiado pela orientadora a pesquisar sobre a violência racial contra adolescentes negros no Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Para mim foi um grande desafio, por ser negro, e tratar dessa temática no ambiente de ensino. Para entender como se desenvolve o fenômeno do racismo na escola, decidimos pesquisar a questão da discriminação e a exclusão do estudante negro na perspectiva dos professores de Colégios públicos e privados de Foz do Iguaçu, PR. Assim ingressei no ambiente científico.

A prefeitura municipal de Foz do Iguaçu- PR, aprovou no mês de abril de 2022 a lei de cotas para concursos do município, e no mês de julho de 2022 (durante o mestrado) foi aberto o edital para concurso público para professor nível I, e me inscrevi como pessoa negra, fui aprovado em todas as etapas do concurso que foram de junho. Minha classificação na ampla concorrência foi 440, e como pessoa negra minha colocação foi 23. Minha convocação se deu em dezembro de 2022, após todos os exames admissionais a efetivação como professor nível I se deu no dia 25 de janeiro de 2023. Escolhi continuar trabalhando no Centro Municipal de Educação Infantil Ariano Vilar Suassuna, onde havia trabalhado como professor nível 1, no regime de PSS (Processo Seletivo Simplificado), trabalhei durante o ano de 2022.

## INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente social, e assim um espaço formado por diversos indivíduos com histórias, condições sociais e culturais, etnia, raças, religião, orientação sexual, pensamento político e ideológico diferentes. Ou seja, a instituição escolar é um lugar das diferenças (CRUZ; MAGNAGUAGNO, 2020).

Valendo-se disso, a escola, com os recursos disponíveis para o processo de ensino, deve valorizar a diversidade. Além do mais, é sugerido um pensamento decolonial entre os docentes para que as aulas não reforcem estereótipos e padrões consolidados historicamente que valorizam apenas um grupo social, a modo de tê-lo como superior aos demais (OLIVEIRA; CANDAU, 2010).

Quando apenas uma cultura é valorizada (sentimento característico do etnocentrismo) promovem-se discriminações e violência em relação às demais sociedades. Perpetuando assim a segregação e o racismo. A pele negra carrega uma história longa marcada por sofrimentos e injustiças (KUHLKAMP, 2015, p. 28).

Entendendo que este tema é de relevância social, haja vista que, a população brasileira é miscigenada, no entanto, os pretos e pardos, são discriminados. Sabe-se que o racismo é uma realidade histórica, social e política, que perpassa por todas as etapas e camadas da sociedade (WEDDERBURN, 2007).

Desse modo, a escola é um local em que a violência também se manifesta violando a condição social, afetiva, física e psicológica dos alunos (CARVALHO, 2015). Entrementes, a escola não reconheceu ou reconhece e não sabe lidar com a presença do preconceito e da discriminação. A abordagem sobre discriminação escolar nesta pesquisa tem como tema a violência racial (aqui descrito como racismo) em seu interior.

A formação social e histórico social, da construção do país, tem sua gênese, na exploração econômica do território pelos portugueses com uso de mão de obra escrava.

A diversidade cultural brasileira necessita estar incluída no currículo escolar e presente nas práticas pedagógicas, mas, para isso, é fundamental a busca do conhecimento para transmitir aos alunos por meios dos gestos, oralidade e da arte o valor que o negro tem na formação histórica e cultural do povo brasileiro. “A Lei, neste sentido, não indica apenas inserir conteúdos, mas, fundamentalmente

também, rever conteúdos que ocultam mais do que revelam, silenciam mais do que mostram, rever práticas e posturas (FERNANDES, *et al.*, 2019, p. 8).

Para Fernandes *et al.* (2019, p. 4) mesmo com a abolição da escravidão e a instituição do governo republicano, a inclusão social e educacional para negros e seus descendentes era restrita. Como exemplo, a miscigenação ensinada nas salas de aulas nas décadas de 70 e 80 tinham como objetivo, explicar a origem dos chamados mestiços: mulatos (filhos de brancos com negros), cafuzos (filhos de negros com índios), mamelucos (filhos de brancos com índios), e, mais tarde, pardos (SILVA T., 2018, p. 60).

Essas eram formas de explicar a mistura dos filhos nascidos das uniões dos povos. A geração nascida nessa época, foram educados dessa forma, então é compreensível que existam confusões a respeito da questão racial relacionado à população negra.

Não significando, em hipótese alguma, justificativas para a discriminação e exclusão do negro. A escola não fica imune em se tratando da violência racial. Alguns exemplos que destacam o racismo na escola são os modelos hegemônicos de instrumentos que excluem a representatividade dos povos negros no livro didático, nos painéis decorativos das escolas (BISPO, 2021 p. 7). Essas práticas são repetidas por replicar o eurocentrismo na visão social.

Enraizada pela ótica eurocêntrica com a imposição da supremacia racial que reforçava os estereótipos excluindo-os da educação. Até se chegar à conjuntura atual, houve muitas lutas com participação de grupos sociais que consolidaram importantes conquistas que resultaram em políticas educacionais para as relações étnico-raciais (FERNANDES *et al.*, 2019, p. 4).

O racismo é um fenômeno que tem como um de seus suportes a crença na naturalização é a superioridade do colonizador e em consequência a naturalização da existência de um grupo naturalmente hierarquizado (NUNES *et al.*, 2013, p. 47,48). Essas questões são inquietantes e precisam ser superadas por meio das atuações da, e na sociedade. Embora a resistência contra o racismo tenha raízes mais antigas, foi no século XX que os movimentos sociais assumiram um decisivo protagonismo político (ALMEIDA, 2021, p. 147).

Bispo (2021, p. 7), traz ainda que nos livros didáticos os povos africanos e afrodescendentes são destacados como escravo, inferior e subalterno ao branco, e esses modelos perpassam por todos os séculos (da colonização até a contemporaneidade). E queremos entender qual a compreensão dos professores em relação ao racismo. Para discutir esse tema, esta pesquisa buscou compreender se o ambiente escolar ainda é um espaço em que ocorre a violência racial, e também, compreender como professores da educação básica vivenciam tais situações e agem mediante a elas. E diante das considerações acima expostas a pergunta norteadora é qual a compreensão dos professores frente a violência racial contra o estudante negro no ambiente escolar?

A compreensão dos professores, nessa pesquisa, não se trata da opinião deles, mas sim da compreensão que os professores têm sobre o tema desse estudo. Fizemos também, uma busca bibliográfica sobre os conteúdos disponíveis a respeito da cultura africana e afro-brasileira como ferramenta para o professor na superação do racismo. É uma pesquisa qualitativa. E, utilizou-se para a coleta de dados uma entrevista com professores da rede pública e privada. Esses foram analisados e interpretados descritivamente.

A pesquisa está organizada em cinco capítulos, primeiro capítulo, a introdução da pesquisa. No segundo o referencial teórico no qual tratamos da violência como fenômeno histórico, apresentamos uma discussão a respeito da violência e violência racial, onde são pontuados, teoricamente, o que de fato são tais ocorrências e como e porque eles acontecem no âmbito social e escolar. Discutimos os conceitos de preconceito, discriminação e exclusão. E tratamos sobre a violência estrutural a partir das discussões de Pierre Bourdieu, com um olhar sobre a Lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do Ensino da Cultura Africana e Afro-brasileira na Escola.

No terceiro capítulo tem o método da pesquisa e a estratégia de coleta e análise de dados. No quarto capítulo os resultados e discussão dos dados, no quinto as considerações finais e por fim as referências.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

O racismo é uma prática histórica carregada de violência, violência que nem sempre é caracterizada por agressões físicas, mas também, pelo discurso de poder, eivado de preconceitos, discriminação e a exclusão, tornando o sujeito vulnerável e invisível. O racismo é compreendido pelo discurso de poder, por meio do qual estabelece uma relação assimétrica entre as raças” (SANTOS; SILVA, 2018, p. 14). A ideia de raça é a representação de seres humanos como algo que designa linhagem e tipos sociais (MOREIRA, et al. 2022, p.116). Para os autores o racismo deve ser entendido como uma forma de dominação que assume diferentes manifestações em diferentes sociedades e em diferentes momentos históricos.

### 1.1. A VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA RACIAL: CONTINUIDADE E EFEITOS NA HISTÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

O racismo é uma prática discriminatória e violenta, que faz com que as pessoas se sintam inferiores em decorrência dos padrões socialmente consolidados de acordo com o pensamento eurocêntrico.

Nas instituições escolares o racismo afeta psicologicamente e intelectualmente alunos/as negros/as, pois o processo de exclusão e segregação acontece de forma explícita, ou seja, quando se percebe grupos de alunos/as de tom de pele clara e nenhum aluno/a negro/a naquele meio; quando se percebe que a atenção do professor/a está voltada somente para os alunos brancos. Esse comportamento foi/é muito comum na escola e na sociedade (BISPO, 2021 p.19).

Apesar da Abolição da escravatura na fase inicial do período republicano, a inclusão social e educacional para negros e seus descendentes foi colocada de forma limitada (NUNES, et al., 2019, p. 4.), os autores continuam afirmando que essa realidade foi reforçada pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, no parágrafo 6º do art. 72, não se atentou para efetiva implantação das premissas da igualdade racial. § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, tratando da laicidade do ensino [grifo nosso].

Há anos inúmeras pesquisas têm demonstrado que a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica, que direitos sociais e políticos universais de combate à pobreza e a distribuição da

renda que não leve em conta o fator/raça cor mostram-se como efetivas (ALMEIDA, 2021, p. 156).

Nunes *et al.* (2019, p 4) pontua, que o pensamento arraigado pela visão ideológica da supremacia racial, que reforçava os estereótipos enfatizando a marginalização e o não acesso à educação, art. 70, parágrafos 1 e 2, da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, invisibilizando mendigos e analfabetos, condição que essa que aplicava a maioria dos negros. O referido artigo traz que, São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: 1º) os mendigos; 2º) os analfabetos [...].

Como é possível perceber a violência deixa os indivíduos desprotegidos, quando ela é uma ação intencional.

Neste contexto o esforço constante do colonizador consiste em explicar, justificar e manter, tanto pela palavra, quanto pela conduta o lugar e o destino do colonizado o fosso de separação entre o colonizador e colonizado, fundado nas diferenças, deve ser sempre mantido, de modo que o colonizado nunca possa sequer aspirar passar para a clã do colonizador. Isso significa que, por mais que se esforce, jamais poderá deixar de pertencer ao seu grupo e passar para outro grupo. Mesmo com todo esforço, o máximo permitido ao colonizado é que ele seja apenas um simulacro do colonizador e a arma a impedir-lhe a passagem é o racismo. Portanto o racismo não é um pormenor mais ou menos acidental, ao contrário é um elemento consubstancial do colonialismo (NUNES *et al.*, 2013, p. 49).

Com isso, concorda Santos (1996), que a violência é uma relação de poder, pois ela exerce coerção, ou seja, força. E isso, faz com que a prática seja entendida como um dispositivo de controle, e essa ação impede o reconhecimento do outro enquanto sujeito. Por meio disso, pode-se compreender que os abusos em decorrência das práticas violentas resultem em mortes, danos psicológicos, deficiência e privação (KRUG, *et al.*, 2002).

Ademais, no caso da população negra no Brasil violência experienciada, é atemporal, em outras palavras, contínua, a violência nesse caso, existe em todos os tempos, originando-se no Brasil Colônia se estendendo ao contexto atual.

Quando se trata da violência experienciada pela humanidade, as causas são múltiplas, envolvem fatores como: financeiros, sociais, álcool, drogas, interpessoais,

entre outras. No tempo em que a violência sofrida pelo negro é unicamente por sua etnia, a cor da pele, o pigmento do cabelo, ou formato do nariz (KUHLKAMP, 2015).

A vista disso, a população negra sofre com a agressividade física, psicológica e moral, gerando obstáculos para o desenvolvimento social desse grupo. No entanto, é importante conhecer a história e suas condições no contexto social e político para detectar as razões geradoras de tanta segregação contra os negros.

No campo político, a violência coletiva se expressa nas guerras e nos processos de aniquilamento de determinados povos e nações por outros. A classificação de violência coletiva contempla também ataques econômicos entre grupos e nações, geralmente motivados por intenções e interesses de dominação (MINAYO, 2010, p. 81).

O lugar social ocupado pelo negro na sociedade pode ser considerado como um não-lugar, daquele que é silenciado e apagado, de modo que não seja reconhecido como um sujeito histórico, social e cultural (BONILHA; SOLIGO, 2015). Os autores continuam apontando que para a população negra, foram destinados estigmas e estereótipos negativos, associados à violência, criminalidade e vagabundagem, estereótipo este que é reproduzido desde os primeiros anos da colonização.

Após a chegada de Cabral, no território recém-descoberto, o rei contratou, em 1502, Fernando de Noronha e uma companhia de comerciantes para a extração da madeira o pau Brasil. E em 1511 Fernando de Noronha e o grupo de comerciantes, viajaram em um navio mercante para o Brasil e entre a tripulação estavam cinco escravos.

A 22 de fevereiro de 1511 a "Bretôa" zarpou de Lisboa para Cabo Frio. A 15 de abril atingiu o rio São Francisco e dois dias depois entrou na Bahia. Depois de uma parada de vinte e sete dias, saiu a 12 de maio rumo a Cabo Frio, onde chegou a vinte e seis. Tomou ali cinco mil tóros de pau-brasil, trinta e cinco escravos e certo número de animais da terra. Saiu a 27 de julho e entrou em Lisboa em fins de outubro (MARCHANT, 1943, p. 37).

Dessa maneira, nota-se os primeiros registros de mão de obra escrava no Brasil. O início da colonização para o domínio e expansão do território e aquisição de riquezas, foram implantadas pelos portugueses com uso do trabalho escravo.

Havia passado cerca de sete anos da chegada do primeiro governador geral, D. Tomé de Sousa (1549-1553), quando autoridades municipais

e moradores portugueses de Salvador da Bahia dirigiram a D. João III o específico e fundamentado pedido de uma autorização do rei para armar navios a serem enviados para São Tomé e Cabo Verde a fim de dar início a um singular comércio de escravos: índios tupinambás em troca de negros africanos “da Guiné (MARCOCCI, 2011, p.2).

A alegação era que os africanos, eram muito mais úteis e confiáveis do que os nativos (indígenas). Argumentava-se que um uso maior de escravos africanos era melhor para o povo, e ao rei. Para Marcocci (2011) a legitimação da escravidão dos negros africanos desde a metade do século XV e o trabalho forçado no quadro da economia colonial têm importância fundamental para se entender a constituição e a estrutura do Império português.

A prática do uso do negro como escravo fortaleceu, e com requintes de crueldade. Tanto que exigia cautelas para a ancoragem:

[...] não era qualquer lugar que servia para a ancoragem de um navio do qual seria desembarcada uma carga delicada, complexa e que exigia cuidados especiais. E também vale ressaltar que descarregar um navio é diferente de carregá-lo. Sabemos que alguns dos principais pontos de embarque de cativos na costa da África estavam situados onde não era possível se aproximar muito da praia. Os navios tinham que ficar ao largo, ancorados por vezes a centenas de metros da costa. Os cativos tinham que ser levados em barcos a remo atravessando ondas por vezes muito violentas (CARVALHO, 2012, p. 7).

Entende-se que essas embarcações que chegavam no Brasil, não traziam homens livres que buscavam oportunidades para melhorar suas vidas, mas sim, pessoas que, muitas vezes foram raptadas, de suas famílias e trazidos para o novo mundo e serem forçados ao trabalho.

É importante salientar que a população negra ainda sofre os reflexos do processo colonizador, motivo de tal situação, foi terem sido sempre colocados na marginalidade da sociedade brasileira (MACHADO; SANTOS, 2022).

Entendemos que no período colonial, direta ou indiretamente, milhões de pessoas foram massacradas em sua dignidade e por conta da condição étnica. Para Furtado (2018) escravidão é a situação na qual a pessoa tem privada sua liberdade, sem direito de escolher o quer, e o que pode fazer, sendo forçado fazer o que seu senhor determina.

A primeira definição de escravo é de ser um objeto de propriedade, o que constitui a característica permanente e principal da escravidão antiga e moderna. A segunda forma de escravidão apresentada

por Aristóteles, por natureza, realiza-se sem o recurso da força e da violência, porque a própria natureza se encarrega de distinguir os homens livres dos não livres sem intervenção da lei (FURTADO, 2018, p. 25).

Essa prática ainda prevalece no Brasil, repetindo a história de séculos, onde o negro carrega o estigma da discriminação, e sofre na pele a exclusão social e os trágicos efeitos produzidos por ela (MIRANDA, 2020).

Com a abolição da escravidão (ao menos no papel) os negros deixariam a condição de ferramenta de trabalho tornando-se mão de obra assalariada, no entanto, continuaram sofrendo e agora com um novo fenômeno - o preconceito social (FURTADO, 2018).

Os povos que vieram para o trabalho escravizado foram severamente massacrados e tiveram sua dignidade violada e roubada, a opressão não parou, ela ultrapassou séculos, não foram suficientes, as leis antiescravistas, nem mesmo a lei que pôs fim a escravidão, pois o negro foi e é mão de obra para o sistema capitalista e da imposição de leis de mercado (MIRANDA, 2020).

Tratando-se da Lei Áurea, ela aboliu a escravatura no Brasil em 1888, trouxe a libertação para os escravizados de maneira legal (MACHADO; SANTOS, 2022). Porém, é válido destacar que, não houve posterior a esse fato a integração desse grupo de pessoas na sociedade, pelo contrário, eles são condicionados às margens sociais.

Desse modo, sendo impedidas de terem acesso aos direitos básicos para a sobrevivência e para a dignidade humana. Tais impeditivos configuram-se como violência. Essa perpetuação da violência contra o negro tem entre suas formas de expressão a exclusão e a discriminação que são resultados do racismo estrutural.

O processo de superação das violências causadas pela escravidão mostrou-se muito lento. Pontuamos aqui, que para Albuquerque (2009), O pós-abolição caracteriza-se como um tempo de incertezas e de perda do prestígio da ex-classe senhorial, de negociação e disputas sobre o sentido de cidadania dos ex-escravos, mesmo que, quando a Lei Áurea foi assinada, poucas pessoas ainda eram escravizadas. Mas, ao mesmo tempo, estavam sem direitos e marginalizados pela sociedade elitizada, tanto no aspecto social, quanto no político.

Do tráfico negreiro ao processo todo de escravização, neste caso, no Brasil, promoveu uma destruição das individualidades culturais, sociais e humanas o povo

negro. E por meio disso, o racismo estruturou-se, a condicionar a discriminação e a exclusão desse grupo, a promover violências que são reproduzidas de maneira consciente e inconsciente. De tal maneira que Machado e Santos, comentam que mesmo após a abolição a discriminação e exclusão permanecia.

O fim da escravidão em si não solucionou a miríade de problemas que foram criados por esta instituição. As correntes, que prenderam os povos africanos, poderiam ser removidas fisicamente, mas, para que fossem removidas simbolicamente, seria necessário refletir criticamente sobre as instituições que permitiram, e ainda permitem, a não incorporação das pessoas negras na sociedade democrática. De fato, sem essa reflexão a escravidão nunca terá sido abolida (MACHADO; SANTOS, 2022, p. 11).

O processo de discriminação racial acaba por limitar as chances de mobilidade social do negro, e suas reverberações podem ser percebidas hodiernamente. Fica evidente, que o racismo é privativo, por impedir que o indivíduo que sofre com tal situação acesse e permaneça em locais que lhes pertencem por direito constitucional.

Nos últimos anos, por meio de políticas públicas afirmativas e de reparação, esse cenário de segregação tem diminuído.

Dessa forma coloca-se em destaque a figura dos professores como protagonistas por criar estratégias e porém em prática as ações educativas que contemplem o ensino da história e cultura afro-brasileira na estrutura curricular da educação básica (NUNES G., *et al.*, 2013, p. 97).

Entende-se que, que as políticas públicas brasileiras não estão aprimoradas de acordo com o cenário social para que a segregação racial seja extinta. Como aponta Furtado (2018), recentes pesquisas têm enfatizado a importância do comprometimento dos professores e gestores das redes de ensino para a efetivação de propostas capazes de dar visibilidade ao que a lei 10639/03 propõe. É importante pontuar que a referida lei trata do ensino que trata da história e cultura africana-brasileira, como veremos em capítulo próprio.

Tais ações por parte dos educadores, devem pautar-se no contexto histórico e social em que a população negra vivenciou no país. Refletir sobre essa condição numa perspectiva história permite reflexões a respeito das privações que os negros ainda sofrem diante de um país democratizado.

A reprodução dos estereótipos sobre a população negra não foi a causa principal para dificultar a integração do negro na sociedade de classes, mas serviu de base para transpassar os costumes escravistas da nobreza agrária para os coronéis e para o meio urbano. A valorização da mão de obra europeia, a herança escravista, a dominação dos meios de produção pela população branca, a vida urbana também são fatores que reforçaram a inferiorização do negro na sociedade de classe, como dependente, inferior e incapaz (FURTADO, 2018, p. 71).

Enquanto acontecimento histórico, o racismo carrega e recarrega, a violência, que nem sempre é caracterizada pelas agressões físicas, mas pelo discurso de poder e dominação. Pois se trata daqueles que consideram superiores aos demais por conta da sua condição racial.

As tentativas de apagamento da etnia Africana foram muito profundas, deixando marcas que perpassam à contemporaneidade. Os termos originários para se referir aos povos de origem Africana, incomodava os colonizadores a ponto dos mesmos inserirem propositalmente codinomes aos povos. Esse hábito naturalizou-se de tal forma que ao longo dos séculos existiu na sociedade escritores/as brancos/as que se apropriaram dos eufemismos para se expressarem na literatura (BISPO, 2021, p. 6).

A superioridade imposta pela cultura do poder tem capacidade de excluir, oprimir e subjugar. No contexto do século XIX, as teorias raciais. Machado e Santos (2022, p. 12), concorda com essa afirmação,

No fim do século 19, o qual se caracteriza por ser o período em que se deu a abolição da escravidão no Brasil, começam a surgir as teorias racialistas, que continuam separando e colocando os negros em um lugar inferior ao dos brancos. Essas teorias transformaram-se em teorias eugênicas, em filosofias que pretendiam pregar a superioridade branca em relação ao negro e outras raças. Essas teorias consideram a raça negra africana inferior, e utilizam-se da ciência para comprovar argumentos de ordem puramente políticas e racistas.

Discutir conceitos e manifestações de racismo requer que seja entendida a noção de raça, é importante, explorar essas diferentes formulações para entender como elas fundamentam práticas racistas em diferentes momentos históricos (MOREIRA, *et al.* 2022, p. 115). A educação básica no Brasil é profundamente marcada por desigualdades no acesso, na permanência e na garantia da qualidade em razão de classe social, etnia, raça, gênero e área de moradia (urbana ou rural) dos

estudantes (BRASIL, 2015). E neste contexto os aspectos sociais e culturais da população negra, continua dentro dos ideais da superioridade racial branca, sendo subjugados. Pois para a elite e para os defensores do racismo científico, a negritude era sinônimo de atraso social e econômico.

Para Wedderburn (2007, p. 211) parece suficientemente óbvio,

[...] que o racismo corresponde a uma forma específica de ódio; um ódio peculiar dirigido especificamente contra toda uma parte da humanidade, identificada a partir de seu fenótipo. É o fenótipo dos povos denominados “negros” que suscita o ódio – um ódio profundo, extenso, duradouro, cujas raízes se perdem na memória esquecida da humanidade e que remetem a insolúveis conflitos longínquos.

Tanto que aquela sociedade atribuiu a população negra, a culpa do atraso econômico, social e político do país à impureza racial, à miscigenação do elemento branco com o negro e o índio nesse discurso está a democracia racial. Tomaz (2014, p.15) aponta que para os defensores desta teoria, o resultado da mistura racial era refletido na loucura, na criminalidade e no baixo senso moral de algumas populações miscigenadas, da qual o Brasil era um exemplo perfeito. O autor conclui que no Brasil essas teorias seriam adaptadas, pois não comportam sua originalidade devido ao fato de a grande maioria da população do país, inclusive boa parte da elite, ser mestiça.

Para Neves (2008) a ideia de formar um povo mais branco fazia parte do pensamento da elite brasileira que acreditava, entre outras coisas, na extinção dos elementos inferiores através da mescla progressiva com imigrantes selecionados.

Moreira (2022, *et al.* p. 116) argumenta que se acreditava que,

Embora essa compreensão tenha tido uma influência significativa durante o período colonial, o conceito moderno de raça está mais diretamente associado ao discurso científico sobre as diferenças humanas: ele adquire grande parte da relevância que possui hoje em função da representação dos grupos raciais como tipos sociais. As raças seriam o produto de um processo de diferenciação biológica decorrente de fatores ambientais e culturais que formaram coletividades com disposições muito específicas, características que permitiam a classificação dessas populações a partir de parâmetros evidentes.

Nas últimas décadas do século XIX o Brasil era um país de muitas cores e misturas, visto de fora como um país exótico e misterioso (TOMAZ, 2014, p. 12). No

entanto a ideia de inferioridade dos negros, postulados da teoria científica do determinismo biológico e com respaldo posterior nas áreas da Medicina e do Direito.

A eugenia seria o estudo para o melhor cultivo da raça. O termo eugenia é oriundo do inglês eugenics, a partir do grego eugénes, que significa “bem nascido”. Etimologicamente, o eugenismo (ou eugenia) é a ciência dos bons nascimentos; fundamentada na Matemática e Biologia, tinha como cerne identificar os “melhores” membros e estimular a sua reprodução e, ao mesmo tempo, diagnosticar os “degenerados” e evitar a sua multiplicação (GÓES, 2015, p. 47).

O movimento eugenista se intensificou no Brasil no início do século XX e, em 1918, foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo durante uma reunião na Faculdade de Medicina em São Paulo (NEVES, 2008, p. 2). Com o passar dos anos estes discursos mudam até chegarmos na meta de sugerir a alteração na reprodução humana. Essas teorias movimentavam o pensamento político nacional, sustentadas pela divulgação do conhecimento científico.

Conceitos e conclusões formuladas por intelectuais europeus alcançaram grande repercussão, fornecendo justificativas “hierarquizantes” baseadas no critério científico. Assim se explicam as diferenças sociais das nações inferiores frente às nações europeias. A raça passou a ser uma noção discutida em obras que previam um futuro nebuloso para o Brasil. A responsabilidade pela condição nacional devia-se ao cruzamento sexual de várias raças (BARBOSA, 2016, p. 6).

Barbosa (2016, p. 6) segue com o argumento que havia um grande esforço para que o ideal do embranquecimento fosse implementado no país.

Para garantir que o processo de branqueamento da nação tivesse êxito, foi necessário que os intelectuais brasileiros se apropriassem do conhecimento científico, em voga no mercado das ideias, que era a eugenia. A adoção dos conceitos do eugenismo assumia uma confortável razão científica para o inevitável branqueamento dos corpos e mentes dos brasileiros. Depois da ação em conjunto, efetuada pelo trio saneamento, educação e eugenia/ esterilização, seria impossível não haver as mudanças necessárias. Seduzidos pela ideia de um conhecimento científico que anunciava medidas decisivas para resolver o problema da mestiçagem racial, os intelectuais brasileiros vão aderir à eugenia. Dessa forma, para o pensamento eugenista caberia aos homens letrados transformar o processo de aperfeiçoamento racial, que funcionava “naturalmente”, em um instrumento racional de formação da raça saudável e uma nação forte mentalmente e fisicamente.

Além de que, nos anos de 1930, a ideia de mestiçagem no Brasil foi incorporada na diversidade étnica como atributo significativo para a construção da identidade nacional do país (MIRANDA, 2010).

O racismo científico baseou-se além dos ideais positivistas, no determinismo biológico por afirmar que o comportamento e as diferenças sociais e econômicas que existem entre os grupos (diferenças de raça, etnia, de classe e de sexo), derivam de características herdadas geneticamente.

Nesse sentido, o fator biológico é definido como um mecanismo de dominação por meio da inferioridade racial (NEVES; SILVA, 2019, p. 161).

A seleção natural de Darwin foi amplamente utilizada pelos poligenistas para explicar a inferioridade de algumas raças, e a degeneração causada pela miscigenação. Os cientistas poligenistas afirmavam que as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas e atribuíram ao conceito de raça uma conotação bastante original, que sai da biologia para abranger questões de cunho político e cultural (TOMAZ, 2014, p. 16).

Embora seja atribuída a Darwin a teoria racial, seus estudos não objetivavam fortalecer as ideias eugenistas, o racismo, segundo Moore (2007), é o gerador dos piores dos preconceitos, pois está associado à ideia de superioridade e inferioridade racial entre os seres humanos.

No século XX, o movimento chamando de eugenia passou a considerar os negros como seres degenerados.

O movimento eugenista compreendia que As questões de raça, etnia, preconceito, discriminação, representações sobre o negro e o indígena, ora diluídas ora concentradas em nossas relações inter e intrapessoais, impactam sobremaneira na elaboração dos currículos escolares. Pois a escola reproduz em seus espaços as relações de poder, hierarquização de saberes, conhecimentos, culturas e validade sobre determinado padrão estético e capilar. Todos esses aspectos nos comunicam o quanto essa temática é delicada não somente para negros e indígenas, mas para os brancos igualmente. É como também, as barreiras causadas para que tal grupo, tido como inferior, não tivesse acesso aos espaços políticos e sociais, e assim, gerando a desigualdade racial (SESC, 2019, p. 152).

E depois, conforme Gomes (2008), a identificação racial ficou comprometida no sentido de que parte da população brasileira tem sua história negada e

menosprezada, pois os povos africanos de acordo com as teorias e discussões apresentadas foram considerados inferiores.

Para Neves e Silva (2019, p. 161),

A ciência classifica os seres vivos em reino, filo, classe, ordem, gênero e espécie, no qual todos os seres humanos são classificados como pertencentes a uma única espécie, o Homo Sapiens. Entretanto o termo raça foi durante muito tempo, usado para demarcar as três grandes raças: branca, amarela e negra e as diferenças biológicas que explicariam, por sua vez, as diferenças culturais e sociais entre elas.

Esse preconceito praticado pela sociedade com relação aos novos cidadãos livres, se tratava de preconceito racial, é cabível de afirmar, conforme (SEVERO, 2019, p. 12) o povo negro era visto como propriedade e unidade de trabalho lucrativo, assim como era tratado como objeto desprovido de sentimentos e principalmente desprovido de liberdade. Assim, o racismo deve ser compreendido como um sistema de opressão e produção sistemática de discriminações e desigualdades que, baseando-se na crença acerca da existência de raças superiores e inferiores, isto significa dizer que o racismo está arraigado na sociedade e precisa ser superado (NUNES, 2019; ALMEIDA, 2021).

Vale a pena destacar que o racismo foi difundido e as formas de classificação foram se efetivando para além dos séculos (BORGES; ALVES, 2021). [...] os casos de preconceito e exclusão racial não são problemas exclusivos nossos [...] na verdade, são mais antigos que o próprio Brasil (COSTA, 2016, p. 15).

Mesmo com muito esforço e trabalho, setores da sociedade continuam sem a representatividade do negro. Costa (2016) traz o fato que em pesquisas, os negros encontram-se ausentes ou em sub-representações, ou silenciados. A julgar pela trajetória do povo africano no Brasil, é fácil perceber de que modo, ainda hoje, é possível encontrar preposição de que negros estejam tão somente atrelados a ideia de inferioridade e mão de obra barata (SEVERO, 2019, p. 13). Costa, (2016, p. 36) corrobora com tal afirmação, ao apontar que as pesquisas,

indicam uma invisibilidade do negro em seções impressos dos jornais relacionadas a posições de poder, como as de Economia, Política e colunas sociais, o que nós interpretamos, entre outras coisas, como parte da hierarquização racial brasileira que considera os traços negros de baixo status para ocuparem essas seções.

Esse fato histórico que chamamos de racismo tem se manifestado de muitas formas, como apontado por Costa (2016), os negros aparecem de forma mais intensa em páginas que apontam sobre as mazelas sociais e policiais, como algozes e vítimas do que nas que conferem prestígio.

Nesse contexto o que chamamos de violência racial na forma de discriminação e exclusão se mostra como sendo parte do cotidiano do negro. O racismo perpassa os séculos, não é uma prática relegada ao passado, ou um fenômeno na atualidade, como já dissemos o racismo é atemporal, exigindo, por parte do negro, luta e resistência (não como instrumento ideológico discursivo), porém, ações objetivas.

Essa matriz de poder, que se expressa por meio da colonialidade, procurava e ainda procura encobrir o fato de que a Europa foi produzida a partir da exploração político-econômica das colônias. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de dominação, que se reflete na recíproca produção histórica da América e da Europa, como redes de dependência histórico-estrutural (ASSIS, 2014, p. 2).

Assis (2014) salienta ainda que se, no colonialismo histórico, a rapina dos recursos naturais se legitimava pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no entanto:

No contexto de colonialidade na apropriação da natureza, há outros mecanismos de poder que promovem a aceitabilidade da exploração territorial, dentre os quais se destacam: consideração, como vantagem comparativa no mercado mundial, a extração de riquezas naturais; discurso da disponibilidade de terras vazias, degradada e inexploradas; necessidade de tornar o território economicamente produtivo; criação da ideia-força de que o progresso e o crescimento econômico se atrelam à extração de riquezas naturais; conciliação e harmonia entre exploração capitalista da natureza e preservação ambiental; e integração dos produtos primários à economia global como forma de pavimentar o caminho para era moderna (ASSIS, 2014, p. 4).

Refletir sobre a história do Brasil no século XXI é compreender o lugar do sujeito, é encontrar através da pedagogia decolonial a posição dos sujeitos numa sociedade que foi construída a partir de concepções do eurocentrismo (BISPO, 2021, p. 5), uma sociedade que procura construir o lugar como um projeto, transformar o imaginário para atingir o objetivo da mudança paradigmática, o faz por meio de uma

crítica radical do poder, e alinhar a teoria social com uma crítica do poder pelo lugar, exige aventurar-se por outros terrenos (ASSIS, 2014).

### 1.1.1 Violência racial: Preconceito, discriminação e exclusão

Pensar nas relações étnico-raciais no Brasil envolve diversos fatores estruturantes, os quais constituem a formação histórica e social dos brasileiros. Acreditamos ser preciso fazer aqui uma diferenciação de racismo, preconceito e discriminação. Moreira *et al.* (2022, p.113), entende e apresenta-nos essas diferenças da seguinte forma: o racismo enquanto sistema de dominação, o preconceito racial enquanto reações emocionais motivadas pela circulação de representações negativas de minorias e a discriminação racial enquanto prática individual e institucional. Para ele, o racismo é compreendido como uma estrutura, enquanto o preconceito entendido como um componente psicológico, enquanto a discriminação pode ser definida como um conjunto de ações utilizadas na operação cotidiana do racismo. E todos esses fatores condicionantes, estão em todos os ambientes sociais, e desde muito cedo o negro vive essa cruel realidade.

No âmbito escolar, desde a educação infantil a criança negra enquanto sujeito em processo de construção moral, cidadã e humana, está sendo moldada no processo de socialização, segundo Cavalleiro (2001) para o silêncio e para a submissão. Isso em decorrência da ausência de representatividade e de uma educação com preceitos ainda eurocêntricos que nada cooperam para a criação da identidade e representatividade negra no ambiente escolar, mas geram preconceito e discriminação racial.

A Educação Infantil é um espaço rico em estímulos e conhecimentos que deve ser considerado como um ambiente imprescindível para ser vivenciada a fim de contribuir com a formação e o desenvolvimento humano da criança (FONTE, 2022, p. 22). E quando o preconceito acontece nessa fase da educação, fica evidenciado que há um determinismo como parâmetro construído historicamente. Conforme Clasto e Toniosso (2018, p. 85), o preconceito é,

A reprodução do preconceito se manifesta incansavelmente na linguagem escolar, tanto dos alunos, como dos professores, gestores e todos os funcionários da educação. E muitas das vezes, as atitudes racistas que se dão no interior da sala de aula não são levadas a sério.

São provocações, piadinhas e apelidos — geralmente “amenizados” por sorrisos — e que terminam sendo vistos como “brincadeiras” e não como afronta e desrespeito que precisam ser considerados. O silêncio sobre a discriminação racial, preconceitos e racismo nas instituições, contribui com a ideia de que negros são inferiores aos brancos e que esta prática é condizente, correta e aceitável no ambiente.

Mas, a educação é emancipadora, e a escola precisa se tornar o lugar que potencializa essa educação, e para implementar tal emancipação, ela precisa criar coragem de olhar para as suas estruturas, suas concepções e também as práticas pedagógicas (MARIANI; CARVALHO, 2009, p.8).

A Educação Infantil então, traz a importância do lúdico na perspectiva de contribuir para a formação e o desenvolvimento da criança, e, sobretudo uma permite reflexões significativas. E nesse estágio da educação as crianças já experienciam o racismo. Elas não entendem o fenômeno, mas vivenciam na prática.

A discriminação impede que o sujeito possa evoluir e ter acesso a seus direitos que lhes são garantidos por lei.

A discriminação racial é o conjunto de teorias, crenças e práticas que estabelecem uma hierarquia entre as raças. Uma pessoa racista acredita na existência de uma raça superior à outra, baseando-se na ideologia da superioridade (CLASTO; TONIOSSO, 2018, p. 6). Para os autores, a prática discriminatória é um empecilho que garante os interesses e privilégios do grupo considerado superior. E tendo nas relações sociais a discriminação que se manifesta na forma de tratamento diferenciado de pessoas a partir de suas características raciais e sociais (AULETE, 2011).

Luft (2000), define que o conceito de discriminar é separar indivíduos. Entendendo que a discriminação é toda a atitude que exclui, separa e inferioriza pessoas tendo como base no preconceito. Esse tipo de violência geralmente é praticado contra as classes sociais baixas, população negra, população LGBTQIA+, obesos, nordestinos, pessoas de outras etnias e religiões, além de demais grupos sociais.

A discriminação racial ainda está presente na sociedade, e segundo Almeida (2021, p.62), a discriminação está presente para exercer algumas tarefas e/ou profissões.

[...] as teorias racistas estão desmoralizadas nos meios acadêmicos e nos círculos intelectuais que gestaram, na cultura popular ainda é possível ouvir sobre a inaptidão dos negros para certas tarefas que

exigem preparo intelectual, senso de estratégia e autoconfiança como professor, médico, advogado, goleiro, técnico de futebol ou administrador (ALMEIDA, 2021, p. 62).

No que tange à discriminação étnica, a escola historicamente não conseguiu atender a demanda por uma educação escolarizável para negros.

Desde modo, os movimentos sociais, em específico o movimento negro, desde os anos 1930 e 1940 vêm contribuindo para o desenvolvimento de atividades tanto educacionais quanto culturais no sentido de ampliar as possibilidades de escolarização (SANTOS, 2009, p. 26).

E infelizmente atinge ainda hoje o espaço escolar, lugar da educação intencional sendo ela conforme Moore (2007), o único caminho para que o racismo possa recuar e construir uma sociedade mais justa. No entanto, a violência na forma de discriminação perpetua também na escola (PRIOTTO, 2012).

A discriminação e a exclusão são formas de tratamento a indivíduos fazendo com que se sintam como alguém inadequado na sociedade, mesmo passando duas décadas de promulgação da lei 10669/03 alterada pela lei 11.645/2008, a questão do negro dentro da sala ainda precisa ser discutida.

Os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio representam os níveis de ensino com a menor proporção de alunos negros, ou seja, conforme a passagem dos anos no Ensino Fundamental, o aluno negro vai, gradativamente, sendo excluído da escola (BONILHA; SOLINGO, 2015, p. 5).

A violência escolar definida Priotto; Boneti comentam sobre as discriminações no ambiente escolar:

todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar (PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 162-163).

Tanto que para Priotto (2012) são fatos que ocorrem no ambiente (espaço físico da escola) que provocam atos violentos e agressões que acentuam os problemas individuais. Sendo considerada um dos fenômenos sociais que mais cresce, e tem sido um dos temas mais debatidos e pesquisados, devido a sua relevância,

principalmente quando se trata do ambiente escolar (BARBOSA; TRAESEL, 2013, p. 3).

Por mais que as políticas afirmativas tenham avançado, por mais que as temáticas em torno do racismo e preconceito racial sejam discutidas em diferentes segmentos da sociedade, a exclusão social do negro ainda está longe de ser sanado na sociedade brasileira (SILVA R, 2018, p. 22).

No espaço escolar o racismo se manifesta de maneira visível e invisível, ou seja, o racismo velado que ocorre nas escondidas de maneira camuflada (CARVALHO; CAMARGO, 2015). Pode-se entender que a escola reproduz o racismo e é importante que ela lute contra tal prática. Neste ambiente, conforme Araújo e Bernardes (2017, p. 529):

O racismo é algo que está arraigado no cotidiano escolar, deixando marcas profundas em crianças e adolescentes negros. Esse silêncio sobre o racismo muitas vezes é usado estrategicamente para se tentar evitar o conflito étnico, em sua grande maioria essa ação não surte muito efeito, pois, os problemas só irão se agravar ainda.

O racismo se manifesta no ambiente escolar, como reflexo das práticas de uma sociedade racista, que muitas vezes são veladas, e que são perpetuadas, nas falas e atitudes de crianças que inconscientemente reproduzem tais ações. Em nosso imaginário social, o negro sempre esteve associado ao que é ruim, refletindo-se mesmo na linguagem: a coisa está preta, humor negro, um futuro negro etc. (VILHENA, 2006, p. 3). Como lidar com essas questões é o desafio dos professores em sala de aula.

Partindo dessa premissa e indagações, faz-nos pensar sobre o problema da formação e atuação dos professores sobre a questão da violência racial, quais são as representações sociais de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental? (SANTOS, 2009, p. 20) Essa pergunta é legítima, pois a visão e ou compreensão de mundo do professor vai influenciar na práxis da sala de aula.

Para Santos (2009, p. 21) que alguns estudos na área de formação de professores e relações raciais, afirmam ser a formação de professores preponderante para o enfrentamento do silenciamento sobre as questões raciais no cotidiano da

escola. Entendendo que a formação de professores é indispensável para o professor trabalhar o currículo com vistas à multiplicidade de culturas, respeito às diferenças.

Cavalleiro (2006), constatou em seus estudos que a escola em alguns momentos é negligente quando a prática do racismo é denunciada pelo aluno que sofre tal violação. Isso se dá pela ausência de sensibilidade com a questão e pela falta de formação sobre o assunto.

O chão da escola é onde se dão os passos para as transformações, porém é importante que seus agentes estejam preparados para este objetivo. É importante que haja a formação que é fomentada no fazer político-socioeducacional. A respeito disso, Libâneo (2001, p. 8), defende que,

Há, pois, duas características fundamentais do ato educativo intencional: primeiro, a de ser uma atividade humana intencional; segundo a de ser uma prática social. No primeiro caso, sendo a educação uma relação de influências entre pessoas, há sempre uma intervenção voltada para fins desejáveis do processo de formação, conforme opções do educador quanto à concepção de homem e sociedade, ou seja, há sempre uma intencionalidade educativa, implicando escolhas, valores, compromissos éticos. No segundo caso, a educação é um fenômeno social, ou melhor, uma prática social que só pode ser compreendida no quadro do funcionamento geral da sociedade da qual faz parte.

Entende-se que o caminho para a superação da violência racial na forma de preconceito, discriminação e exclusão é a educação, pelo fato de a prática educativa desenvolver-se no seio das relações entre grupos e classes sociais (LIBÂNEO, 2001). A educação enquanto prática social, tem como dever considerar a organização curricular como instrumento que promova debates o mal que a prática racista faz para o negro, ao mesmo tempo, preparar profissionais da educação para tratar o assunto de maneira a sensibilizar, promover estudos e reflexões para que a mudança possa acontecer.

O processo educativo, conforme os preceitos de Libâneo (2001, p. 9), precisam estar embasados numa prática de caráter pedagógica, que:

[...] se manifestam em situações históricas e sociais concretas. Precisamente pelo fato de a prática educativa se desenvolver no seio de relações entre grupos e classes sociais é que é ressaltada a mediação pedagógica para determinar finalidades sociopolíticas e formas de intervenção organizativa e metodológica do ato educativo (LIBÂNEO, 2001, p. 9).

Isso significa pensar um lugar em que as pessoas se reconheçam pela língua que falam ou por meio de práticas culturais em comum, isso é ausência da discriminação. Ainda parece em nosso país um imaginário étnico-racial o privilégio da branquitude que valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática.

No dia 20 de abril de 1997 uma barbárie aconteceu deixando a sociedade brasileira estupefata, quando um grupo de jovens de classe média ateou fogo ao índio Galdino da nação Pataxó, levando-o à morte (AMORIM *et al.*, 2015, p. 12).

A crueldade deste crime hediondo fez com que os brasileiros discutissem os valores familiares e educacionais na formação dos jovens.

No rastro do fogo que queimou o índio Pataxó, conduzido pelas mãos daqueles jovens, arrolam-se vários preconceitos: ao mendigo, ao morador de rua, negro, ao índio, ao pobre, e a todos aqueles fora dos padrões estéticos socialmente aceitos, ou seja, sujos, bêbados, vagabundos, desocupados, selvagens, sem cultura, um animal cuja vida não representa nada ou não tem valor social (AMORIM *et al.*, 2015, p. 12).

Além disso, numa sociedade em que a democracia racial é inexistente, as crianças são educadas para desrespeitar as diferenças étnicas raciais. Bem como, a ausência de debates sobre o racismo e práticas discriminatórias, assim como, a identidade racial no âmbito escolar se faz necessária (CAVALLEIRO, 2006).

Como estamos trazendo aqui nesse trabalho, os estudos, diálogos e reflexões sobre as relações étnico raciais na educação, sobre a legislação e seus dispositivos complementares, que eles podem cooperar para o convencimento de ideologias carregadas de preconceitos, desigualdades e estereótipos racistas. Não basta que as leis reconheçam a todos, formalmente, como iguais, se as crenças, os hábitos e as instituições diuturnamente promovem a desigualdade (MOREIRA *et al.*, 2022, p. 65).

Pensamentos e ações que consideram o racismo como prática comum e natural no ambiente social estão dissociados da realidade, tais pensamentos e práticas, precisam ser combatidos com veemência.

No que se refere a uma relação de poder a respeito do racismo Ferreira (2019, p. 58), postula que:

É aqui que parte da subjetivação imposta a determinados sujeitos enquanto negros expõe a gestão da negritude para que se volte contra ela mesmo, a partir do que ele chama “negro de plantação”, socializado dentro do ódio, principalmente dos outros negros, em que as posições são sempre móveis, e que terminam por gerar uma existência de imbricação de violências quase a nível molecular, sempre no limiar da busca pela liberdade e vingança, que eclode de tempos em tempos em revoltas ou pela prática do ato de aviltamento máximo que é abdicar de si enquanto sujeito.

A violência afeta o sujeito no aspecto moral, social, intelectual, civil e psicológico. Violências são consideradas em muitos casos crimes contra quem sofre, e tem tipificações legais para punição. Entrementes, o que se encontra em situações, hodierna, nada corriqueiros é a humilhação do negro. Minayo (2010) afirma a complexidade de considerar a violência apenas um fenômeno exterior, pois na verdade a prática em estudo está vinculada ao intrínseco do ser humano.

Moreira, *et al.* (2022) trata dos mecanismos do racismo, o racismo institucional, o racismo interpessoal, o racismo recreativo e o racismo interseccional.

Essas diferentes manifestações do racismo afetam minorias raciais no momento presente, mas também no futuro; o racismo viola, então, um princípio fundamental da cultura liberal: o tratamento simétrico entre todos os membros da comunidade política. Ele infringe uma regra básica de justiça de regimes democráticos, que é o igual tratamento de todas as pessoas igualmente situadas (MOREIRA, *et al.*, 2022, p. 159).

### 1.1. 1.1. *Violências estrutural: escola e a reprodução estrutural*

Entende-se por violência estrutural, aquela que incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento (MINAYO, 2001, p. 3).

Arendt, relaciona uma forma de violência que ela designa como estrutural com a violência social. De acordo a autora, a violência estrutural mostra-se como resultado de uma ideologia presente na sociedade, que impõe leis e regras para o controle social, favorecendo alguns grupos em detrimento de outros, evidenciando as desigualdades e promovendo a exclusão de determinados grupos sociais. A autora entende que a sociedade, por ser hierarquizada cultural, econômica e socialmente, determina exclusões e discriminações que se reproduzem no interior das escolas, e tendo as muitas violências na escola como resultado da violência social (ARENDR, 2000).

Muitos fatos ou comentários demandam reflexões e atitudes de enfrentamento por parte da comunidade escolar, por ser a escola um espaço formado por diversos autores e atores sociais com histórias, experiências e vivências diversas, ou seja, a escola é o espaço da e para a diversidade, no entanto, é também o lugar que se vivencia o racismo (MUNANGA, 2004).

Racismo que representa, chamado aqui de racismo impessoal um [...] racismo sem racistas: um conjunto de estratégias supostamente impessoais que operam para reproduzir a discriminação, mas que não são atribuídas a pessoas ou instituições específicas (MOREIRA, *et al.*, 2022, p. 134).

A escola então, como estrutura social traz a dicotomia em sua função: que ora lhe atribui a função de transformadora e democratizadora, ora como parte da legitimação arbitrária de diferentes apreciações e disposições nas diferentes práticas (OLIVEIRA, *et al.* 2018).

Nesse sentido, cabe à escola, em sua função social de democratização do conhecimento acumulado historicamente, que realize atividades com enfoque nas diferenças humanas, nas quais se dê voz aos estudantes, pois falar da experiência é a melhor forma de romper com ideias preconceituosas e desnaturalizar conceitos, sentimentos e ações (CORDEIRO; BUENDGENS, 2009, p.8).

Cenário esse, que sem uma administração pública baseada na Constituição Federal de 1988, que prima pela democratização das instituições públicas, e uma escola que atue na defesa e na garantia dos direitos, que atribuem aos sujeitos individualmente e coletivamente o valor da justiça, pode continuar falhando (AMORIM, *et al.*, 2015, p. 6).

A educação, sem dúvida, contribui para que o sujeito compreenda o seu direito, participando e interferindo na vida pública do seu país. A sociedade está fundada e estruturada na colonialidade do poder, sistema de dominação de raça, classe, gênero e sexualidade existente no Brasil (FERREIRA, 2019, p. 130). Aqui recorreremos ao pensamento de Moreira (2022, p. 128), para ele,

[...] a análise do racismo institucional possui grande importância para entendermos a forma como ações de atores públicos e privados afetam o status coletivo de membros de grupos raciais subalternizados, mas precisamos também examinar outro aspecto para que a experiência deles possa ser compreendida da melhor forma possível. As práticas discriminatórias realizadas pelas diversas instituições sociais possuem outras dimensões relevantes que são raramente tematizadas nos estudos sobre relações raciais.

Para Freire (1987, p. 81) a visão bancária da educação, o saber pertence àqueles que se julgam sábios, segundo o qual se encontra sempre em posições fixas e invariáveis, será sempre ele o que sabe enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. Essa afirmação baseia-se na estrutura social. Pierre Bourdieu traz-nos essa concepção.

No entanto num estado de campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos, não é inútil lembrar de o dissolver, uma espécie de círculo, cujo centro estão em toda parte e em parte alguma, é necessário saber descobrir onde ele deixa menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p. 5- 6).

Essas práticas não são apenas recorrentes, são também coletivas. Desse modo, faz sentido pensar mais profundamente em algumas colocações de Bourdieu quando afirma que, nas sociedades por nós conhecidas, a ordem masculina impõe-se como uma evidência natural, não precisa justificar-se e parece ser até mesmo

universal (SAYÃO, 2003, p. 12), assim são as questões sociais relacionadas às práticas discriminatórias, é algo naturalizado, normalizado, estruturado nos diversos ambientes sociais, entre eles a escola.

Como o racismo é um sistema social que busca garantir vantagens competitivas para pessoas brancas, muitas delas estão coletivamente comprometidas com a preservação de práticas discriminatórias que procuram reproduzir essa situação. Muitas delas utilizam o controle sobre instituições públicas e privadas para tal objetivo, fato responsável pelo caráter sistêmico do racismo. Essa estratégia assume diferentes formas, notoriamente por meio da criação de normas de operação que representam os interesses dos membros do grupo racial dominante, o que depois se torna uma forma de operação normal da instituição. Uma vez criadas e implementadas, essas normas validam procedimentos que pretendem ser aplicados à generalidade das pessoas, mas que, na verdade, são elaborados para atender prioritariamente os interesses de grupos específicos (MOREIRA, *et al*, 2022, p.128).

Pierre Bourdieu, formulou questões sobre o poder da hierarquia, que para ele é marcada na base de heterogeneidade e desigualdade, os agentes sociais reproduzem suas realidades sociais por meio das atividades em que lhe dão sentido ou que lhe foram atribuídas a isso.

A estrutura do espaço social se manifesta assim, nos mais diversos contextos sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de metáfora espontânea do espaço social. Em uma sociedade hierarquizada, não existe espaço que não seja hierarquizado. E que não exprima as hierarquias e as diferenças sociais de um modo deformado (mais ou menos) e, sobretudo mascarado pelo efeito da naturalização acarretado pela inscrição durável das realidades sociais no mundo físico: diferenças produzidas pela lógica social, podem assim parecer emergidas de natureza das coisas (basta pensar na ideia de Fronteira natural) (BOURDIEU, 2013, p. 2).

A escola faz parte da estrutura social e por isso não fica imune às ações de violência, da mesma forma que se dá nos outros pilares da formação social do sujeito, a violência. Moreira *et al.* (2022, p. 185), conclui que não há neutralidade na sala de aula, como estrutura social,

Profissionais de educação também precisam estar atentos a algo muito relevante. Professores e professoras geralmente não prestam a atenção devida a um aspecto particularmente importante atividade de

ensino: a sala de aula é uma situação comunicacional. Os que estão ali presentes estão engajados em uma atividade na qual sentidos e culturais são transmitidos, o que ocorre a partir de uma determinada lente. Muitos veriam esse ato de comunicação como algo marcado pelo ideal de neutralidade, mas estamos bem longe disso.

Conforme Priotto (2012) o que acontece nos muitos estabelecimentos de ensino das mais variadas formas, cristalizam as tensões da sociedade. A falta de empatia faz da experiência de meninos e meninas na Educação Infantil ser considerada um rito de passagem que antecipa a escolarização, por meio do qual se produzem marcas nos corpos e nas mentes das crianças (SAYÃO, 2003, p. 13).

Em se referindo a violência racial contra o negro, ela é pontual e localizada ao centrar-se na população afrodescendente, desde a pré-escola ao ensino superior. Passos, (2012, p.2). afirma que,

[...] o racismo estruturante das desigualdades a que está submetida a população negra, pois, incide sobre ela e determina as suas condições sociais por gerações. Como elemento de estratificação social, o racismo se materializou na cultura, no comportamento e nos valores dos indivíduos e das organizações sociais na sociedade brasileira, perpetuando uma estrutura desigual de oportunidades sociais para os negros.

Um conceito basilar nos pressupostos teórico metodológicos de Pierre Bourdieu essencial para a compreensão de como se dá e se mantém a dominação entre as classes é o de *habitus*, para Bourdieu (2013, p. 7) pode se ocupar fisicamente um *habitat*, sem habitá-lo propriamente falando se não se dispomos meios tacitamente exigidos a começar por determinado *habitus*.

Bourdieu se utiliza do exemplo de famílias Argelinas, que ao passar de um bairro miserável para uma estrutura social mais sofisticada, sentiam-se inesperadamente superadas por sua nova habitação tão longamente aguardada,

por não poderem cumprir as exigências que essa explicitamente comportava: os meios financeiros indispensáveis para cobrir os novos custos infringidos (em termos de consumo de gás de eletricidade, mas também de transporte e instalação, etc); e também todo o estilo de vida feminino, notadamente, que encontrava indiretamente inscrito no espaço aparentemente universal, desde a necessidade e a arte de um fabricar cortinas, até aptidão de viver livremente em um meio social de desconhecidos. Em suma, o habitat contribui para fazer o habitus e o *habitus* contribui também para fazer *habitat*, através dos usos sociais

mais ou menos adequados, que ele inclina os agentes a fazer desse mesmo *habitat* (BOURDIEU, 2013, p. 7).

Nesse caso a relação parece estar um círculo vicioso, um aluno que sofre muitas agressões em sua casa corre o risco maior de se apresentar como agressivo na escola, e dessa forma perpetuando a prática violenta, essa manifestação pode ser individual, caracterizada por atos discriminatórios de indivíduos contra outros, bem como ser institucional, o que supõe práticas de isolamento, de exclusão e de discriminação desenvolvidas direta ou indiretamente (SESC, 2019, p.197). Na educação os ambientes educacionais são considerados importantes vetores da reprodução das hierarquias centradas no gênero. Sayão (2003, p. 4), chama a atenção de que para

[...] basta comparar a distinção entre o número de professoras nas instituições de ensino em geral e o gênero presente nas esferas de decisão das políticas públicas. De onde emanam e como são formalizadas as políticas públicas para a educação? Quem as executa? Aparentemente, a escola e as creches são femininas porque abrigam um número majoritário de mulheres como professoras e/ou educadoras, mas os cargos de proposições das políticas educacionais e do conhecimento estão na esfera da produção masculina.

Sayão (2003), entende que a escola e ambientes educacionais reproduzem, e agregam forças propulsoras do debate e ações quanto ao reconhecimento das desigualdades e relações de poder entre professores e professoras, alunos e alunas, políticas educacionais e práticas pedagógicas, currículos e avaliação. Iuva (2016, p. 47), traz a compreensão de Pierre Bourdieu a respeito da hierarquia social.

A abordagem bourdieusiana para compreensão do campo implica na análise da posição de determinados grupos, indivíduos, instituições e suas relações, bem como a compreensão acerca das tendências da reprodução de uma dada ordem social. Para Bourdieu o espaço social pode ser apreendido em termos de uma hierarquização pela desigual distribuição dos capitais. O próprio termo espaço social assinala a ruptura de Bourdieu com as representações tradicionais da hierarquia social.

O racismo travestido de brincadeira é praticado por meio de piadas e chacotas, atitudes chamadas por Moreira *et al* (2022, p. 134), de racismo recreativo. Para o

autor, tais práticas são estratégias de dominação que perpetuam a noção de que os brasileiros cultivam uma cultura pública de cordialidade.

Entendemos que quando se recorre ao humor para recrear com a cor do outro, se legitima a dominação racial, como resultado do *habitus*, que segundo Pierre Bourdieu, foi construído historicamente ao longo do tempo no meio das diferentes comunidades humanas, tornando-se um elemento naturalizado na vivência. Nada é mais distante e intolerável do que as pessoas socialmente distantes que se encontram próximas no espaço físico (BOURDIEU, 2013, p. 7).

Isso é vivenciado nos espaços escolares onde é possível estar no mesmo ambiente sujeitos tão próximos e ao mesmo tempo distantes socialmente. A violência vivenciada pelos estudantes é diferente das violências praticadas em outros ambientes. A definição de violência escolar propostas por Priotto e Bonetti (2009, p. 162-163) amplia a compreensão dessa prática no ambiente escolar,

[...] todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar.

Essa violência se reproduz na escola enquanto ambiente que instrui o cidadão para a vida e para o mundo como entende Rosa (2017, p. 5), ao afirmar que enquanto instituição, a escola sofre os reflexos dos fatores de violência externos que têm gerado conflitos manifestados dentro da sala de aula, comprometendo o aprendizado e as relações interpessoais.

Todavia, em se tratando de violência contra o estudante negro essa tem como [...] política cultural o propósito de impedir que membros de minorias raciais possam ter o mesmo nível de respeitabilidade social que pessoas brancas possuem (MOREIRA, *et al.*, 2022, p. 134). Cabe então a sociedade a promoção de atitudes proativas para a criação de uma convivência inclusiva e igualitária.

Durante anos o Movimento Negro Brasileiro capitaneando redes mais amplas da luta contra o racismo bradou pela democratização dos currículos educacionais (PEREIRA, 2016, p. 2). Como resultado em 2003 foi promulgada a lei 10.639/03 que trataremos na sequência.

### 1.1.1.1.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 UMA DESCONSTRUÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO E EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO.

Resultado de lutas e reivindicações do movimento negro, foi sancionada a lei n. 10.639 de 2003, que propõe o ensino da história e cultura afrobrasileira e africana, como alternativa para reverter o desconhecimento que se tem do continente África, do seu povo e da sua história (JANZ, 2014, p.2), sobre a qual trataremos a seguir.

No dia 9 de janeiro de 2003, foi sancionada a lei n. 10.639 que, alterava a lei n. 9394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial de Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências (BRASIL, 2015). No Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, **torna-se obrigatório** [grifo nosso] o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”.

Art 79- A: VETADO

Art. 79-B: O calendário escolar inclui o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

A lei completou 20 anos desde sua promulgação. E com a vigência da lei surgiu discussões que de um lado estavam aqueles que questionavam: por que a história do negro, por acaso temos uma história do branco? Ou, por que história e cultura afro-brasileira se somos um povo miscigenado? (PEREIRA, 2016, p. 2). O autor argumenta ainda que,

De outro, se acumulavam pesquisas particularmente na área da Educação sobre os prejuízos causados pelo preconceito racial à qualidade do ensino e à formação intelectual e da consciência social

cidadã dos nossos estudantes, pelas omissões e/ou distorções (quase sempre as duas coisas) reproduzidos em livros, conteúdos e procedimentos pedagógicos. Sempre houve e continua havendo educadores que se escondem-omitem-rejeitam enfrentar o preconceito e a discriminação racial no cotidiano escolar. Assim como sempre houve (e cada vez mais!) os-as que demandavam informações e cursos a respeito desses temas (PEREIRA, 2016, p. 2).

No entanto, a luta para criação de uma lei que obrigue o ensino da Cultura Africana e Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino oficiais do país não é recente. Desde os anos de 1970, o movimento negro está frente a debates a este respeito (NUNES *et al.*, 2019, p. 6), os autores defendem que,

Enquanto política social de reconhecimento das diferenças sucedidas do período da escravização do negro no Brasil e também do reconhecimento da participação dos povos negros no processo histórico desse país, os movimentos sociais e populares, através de lutas e junto ao governo brasileiro, aprovaram em 2003 as Diretrizes para a Educação Multirracial e Interétnica para ser implementada nas escolas do país. Essa lei é exatamente um dos caminhos de afirmação e reconhecimento da cultura e história africana e afro-brasileira, enfatizando a autoestima e a importância dessa cultura na conjuntura e formação brasileira.

Entendendo que fazer valer a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 e suas respectivas diretrizes no currículo escolar e nas ações educativas desenvolvidas pela escola, de forma contínua ao longo do ano letivo, ainda é um grande desafio (LIMA, *et al.*, 2021, p.2).

Ao pensarmos na aplicabilidade da lei e, por consequência, na inserção de temas relacionados à cultura e história afro-brasileira e africana no ensino de história, consideramos que os livros didáticos são um objeto riquíssimo para tentar analisar se de fato a lei já conseguiu efetivar, da maneira desejada, as mudanças a que se propõe.

A Resolução Nº 01/2004, no Artigo 1º, prescreve a obrigatoriedade de conteúdos acerca da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis da Educação Brasileira, [...] na Educação Básica, sobretudo no Ensino Fundamental, haja vista que este nível constitui o alicerce estruturante do processo de formação dos estudantes nas perspectivas cognitivas, afetivas e atitudinais (NUNES, *et al.*, 2019, p.2), a Lei dá suporte para a prática docente tornando, como já mencionado, obrigatório o ensino das relações raciais.

O contexto escolar é o espaço do ensino e da aprendizagem que está intimamente ligado à intencionalidade, e se torna um dos espaços determinantes para a inserção do sujeito na dinâmica da aprendizagem (SOUZA, 2016).

Jesus comenta que [...] o racismo e a discriminação racial no contexto escolar, no Brasil de modo geral, são fenômenos históricos, socialmente produzidos e reproduzidos ao longo dos últimos séculos (2019, p. 179), e mesmo sendo a escola, reconhecida como um espaço onde encontram-se diferentes grupos étnicos sociais oportunizando uma relação comum entre todos, contudo essa heterogeneidade pode produzir conflitos no ambiente escolar (MILLER; COELHO, 2016, p. 109). Nesse sentido, Cruz considera que a educação tem a obrigatoriedade de ensinar sobre as relações étnico raciais e contextualizar na atualidade.

É nesse contexto que se apresenta a educação das relações étnico-raciais, que na atualidade tem objetivos relacionados a Lei 10639/03 de romper com a situação de racismo presentes no ambiente escolar, esta lei introduz a obrigatoriedade de trabalhar a história e cultura afro-brasileira dentro dos espaços educativos, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. A Lei objetiva a implementação de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares de forma transversal (2020, p. 14).

A implementação da Lei nº 10.639/03, marca a desconstrução da discriminação e exclusão da população negra na educação. Apesar da promulgação a citada Lei, e ela constituir-se em uma resposta às demandas do Movimento Negro uma parcela significativa de pessoas lutam para que os desconhecem a Lei 10.639/03 e as suas Diretrizes possam ter acesso a ela (FONTE, M., 2022). Para a autora, apesar de alguns possuírem uma certa compreensão em relação ao assunto, pode se constatar que, tal compreensão trata-se na verdade de uma compreensão distorcida referente às relações raciais brasileiras.

A lei 10.639/03, modificou a legislação de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), designando a obrigatoriedade do ensino de cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas dos estados e municípios brasileiros (NUNES, *et al.*, 2019, p. 6). Quanto a essa conquista dos negros no Brasil, Barreto *et al.* (2016, p.18), afirma que:

A aprovação dessa lei vem como resposta a uma luta histórica por ações voltadas para políticas educacionais comprometidas no combate ao preconceito racial, ao racismo e à discriminação racial,

garantindo uma educação multicultural, promovendo o princípio da igualdade de direitos. Até a aprovação da referida lei muitos debates e lutas foram travadas

Entender o longo e penoso processo histórico no qual está inserida essa lei, permite a compreensão da trajetória percorrida por um povo em busca do direito básico de cidadania e uma educação democrática.

A lei é uma conquista contra o preconceito e o racismo, fruto de movimentos políticos negros, sendo base do enfrentamento se estabelecendo como direito jurídico e social dos brasileiros valorizando e salvaguardando a história afro-brasileira

A lei tem o intuito de buscar a superação das desigualdades étnico-raciais presentes na escola brasileira, fruto do clamor da comunidade afro-brasileira por reconhecimento da demanda por reparações que visavam que o Estado e a sociedade adotassem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista (CADINI, 2008).

A aprovação da Lei nº 10.639/03, é considerada

[...] fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar (GOMES; JESUS, 2013, p. 22).

A Lei é uma resposta a uma luta histórica por ações voltadas para políticas educacionais comprometidas no combate ao preconceito racial, ao racismo e à discriminação racial, garantindo uma educação multicultural, promovendo o princípio da igualdade de direitos.

A lei 10.639/2003 versa que a cultura e história afro-brasileira estejam inseridas no currículo escolar. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana aprovam e fundamentam a inclusão da lei, que tem como desígnio corrigir injustiças, combater discriminações e preconceitos, enfatizando a inclusão social e o exercício pleno da cidadania àqueles que estão inseridos no sistema educacional brasileiro (NUNES, *et al*, 2019, p. 6).

Para além desse conjunto de ações investidas com a intenção de compensar, e como resposta ao projeto colonial que deixou marcas em uma população, a criação da Lei nº 10.639/03,

Implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contrapõe à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola (GOMES; JESUS, 2013, p 22).

Barreto (2016) entende que a lei por si só não tem como erradicar as atitudes preconceituosas enraizadas na nossa sociedade construída com base em teorias racistas de supremacia branca, a autora afirma que, além de ser prejudicial, tais teorias, contribuem de forma marcante para as atitudes de racismo no Brasil embasadas no mito da democracia racial.

A contribuição da Lei 10639/03 tem grande relevância, pelo fato que,

[...] a educação das relações étnico - raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício dos direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnicos- raciais e sociais (EUGENIO; SANTANA, 2018, p 4).

O estudo das relações étnico raciais na escola não serve apenas para a população negra ou indígena, mas para todos com o intuito de promover um debate a respeito da democracia e dos direitos humanos. Sabe-se que a escola se organizou fundamentada nas abordagens eurocêntricas, e com isso, houve violação em relação a um impeditivo para conhecer a história dos povos não abordados nessa perspectiva europeia, branca e elitizada (WACQUANT, 2013).

O racismo, popularizado pelas brincadeiras, e piadas, aqui chamado de recreativo, é, uma política cultural responsável pela reprodução da ideia de que,

[...] membros de minorias raciais não são aptos a desempenhar papéis de poder e prestígio na sociedade. Ele possui um caráter altamente estratégico, porque procura reproduzir o sistema de dominação racial presente na sociedade brasileira (MOREIRA, 2022, p. 134).

Assim, a Lei em estudo visa, ao ser praticada, isto é, no ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira, combater o racismo a partir do reconhecimento e pertencimento étnico racial e propor a divulgação e produção de conhecimentos que eduquem cidadãos que valorizem seu pertencimento étnico (OLIVEIRA; LINS, 2014). A educação, geralmente, visa oferecer condições de acesso e de ampliação de cidadania mediante práticas educativas de sistematização dos conhecimentos socialmente acumulados pela humanidade.

A garantia do direito à educação envolve, igualmente, medidas positivas do Estado no sentido de formular e implantar políticas que o garantam, ao reconhecer a centralidade do papel da escola no desenvolvimento e na transformação social, e na necessidade de fazer uso do ensino na promoção da diversidade cultural, o combate ao racismo, à intolerância religiosa, à xenofobia e demais intolerâncias (BRASIL, 2018, p. 23).

Nunes *et al.* (2019, p. 6) afirma que as diretrizes contidas na lei 10.639/03 evidenciam a necessidade de políticas especiais que revertam o padrão excludente estabelecido no Brasil, que historicamente impediu muitos brasileiros negros de ter acesso à educação escolar e sua permanência.

Compreende-se que a mudança de paradigma nas relações étnicos raciais, deve acontecer na escola, que os professores desde a educação infantil promovam um ensino que auxilie os alunos na compreensão do outro enquanto sujeito portador de uma história. Compreendemos que seja necessário desconstruir estereótipos estruturados.

Contamos aqui com a contribuição de Moreira *et al.* (2022, p 134), que parte do pressuposto de que estereótipos raciais são reproduzidos pelo racismo simbólico, por meio de uma configuração cultural que consiste em associações negativas entre negritude e moralidade.

É importante pontuar que ações conjuntas propiciam possibilidades de desmistificação e transformação desta realidade excludente, e para tanto, a formação continuada dos professores é fundamental para subsidiar o trabalho docente (NUNES *et al.*, 2019).

Pois existe, na concepção de Eugênio e Santana (2018, p. 9), uma visão e abordagem, da prática, descaracterizada dos afro-brasileiros, evidenciando a exclusão.

[...] desumanizada e subalternizada dos afro-brasileiros nos textos e ilustrações dos livros didáticos utilizados pelos professores nas escolas, bem como a representação do belo, puro e inteligente pela classe média que não se identifica com o jovem estudante afrodescendente brasileiro constata a falência do projeto de modernidade, onde a escola deveria garantir, efetivamente, a inclusão com dignidade para esta que é uma parcela significativa da população brasileira.

Com a implementação da Lei 10.639/03 o futuro tenderia a ser mais promissor. Os movimentos negros tinham alcançado o objetivo e desde então, o poder público, em suas esferas institucionais, trabalham para a efetivação da Lei, dando-lhe legalidade, assim a inclusão da história e da cultura do negro estariam garantidas na educação brasileira.

Portanto, cabe a todos os sujeitos lutar pela justiça social e pelos direitos igualitários (LIMA, *et al.*, 2021, p. 27), esses conceitos nos ajudam, então, a perceber um aspecto muito relevante das relações raciais em nossa sociedade: como expressões de desprezo convivem com atitudes racistas encobertas pela noção de cordialidade (MOREIRA, *et al.* 2022, p.134), é que na aplicação do currículo da lei 10639/ 2003, essas atitudes sejam desconstruídas, e o preconceito, a discriminação e exclusão do negro seja uma prática diária e permanente na sociedade brasileira.

## 2. MÉTODO

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa é de natureza básica, qualitativa do tipo descritiva e exploratória. Essa é a etapa que caracteriza mais fortemente o trabalho de pesquisa científica.

A pesquisa qualitativa conforme Godoy (1995, p.2), permite que se chegue a conclusões assertivas pelo fato de estudar o fenômeno.

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

Nas ciências sociais, os pesquisadores, ao empregarem métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, assim, ter uma melhor compreensão do fenômeno (Neves, 1996, p. 2).

Na pesquisa qualitativa, a coleta de dados merece atenção especial para que posteriormente sejam analisados e interpretados revelando novos conhecimentos sobre os fenômenos estudados, em nosso caso, os fenômenos relacionados são a discriminação e exclusão contra o estudante negro.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois:

Ela trabalha com um Universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois, o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que fez e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2001, p. 21).

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a discriminação e exclusão como forma de violência racial contra o estudante negro na sala de aula; e quais ações os professores utilizam para prevenir, e inibir esse tipo de violência, e também com a mesma finalidade entrevistamos professores da rede pública e privada buscando responder a questão norteadora que é qual a compreensão e ação dos professores do ensino Fundamental II e Ensino Médio quanto a discriminação e exclusão como forma de violência racial contra o estudante negro?

## 2.1 CENÁRIO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Foz do Iguaçu – PR, localizado no extremo Oeste do Paraná, tem uma população estimada em 285.415 pessoas (IBGE, 2023) e conta com 31 escolas estaduais, 1.121 turmas da rede estadual e 27.573 matrículas.

A pesquisa foi feita em dois colégios: um colégio da rede Pública Estadual e um da rede privada com professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio. E tendo como participantes os professores selecionados de cada colégio.

A instituição pública pesquisada foi um colégio estadual localizado na zona sul da cidade, nas proximidades de uma ocupação irregular. Uma população inicial de duas mil pessoas, praticamente triplicou seu número de moradores ao longo dos últimos seis anos. Atualmente, cerca de seis mil homens, mulheres e crianças dividem 40 hectares de terra (VARGAS, 2020).

Segundo informações do cadastro do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERES) o colégio conta com mil e seiscentos alunos, regulares e com quatrocentos alunos no contraturno. São sessenta e dois professores que trabalham no colégio. As aulas são ofertadas manhã, tarde e noite, com alunos de várias classes sociais e grupos étnicos diversos.

O Colégio da rede privada está localizado na área central da cidade, e trata-se de uma instituição de ensino confessional. Nesta instituição, o desenvolvimento dos sentimentos religioso e moral nos alunos é o objetivo primordial do trabalho educacional. O colégio conta com seis profissionais, entre diretor, coordenador, e secretários e com 450 alunos matriculados, conforme dados do Sistema Interno de Registros.

### 2.1.1. Participantes

Os participantes são professores do ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Para o contato e seleção dos professores foi solicitado à direção escolar permissão para conversar com eles no horário de intervalo e mostrar a pesquisa.

Os contatos com a direção dos colégios para solicitar autorização para conversar, explicar a pesquisa e depois agendar as entrevistas, ao todo, foram cinco

tentativas tanto no colégio público como no colégio privado. O total de entrevistados foi de 10 professores. Cinco (05) do colégio Público e cinco (5) do colégio privado.

#### *2.1.1.1. Critérios de inclusão e exclusão*

Os professores incluídos foram aqueles que estavam em atividades nas salas de aulas, lecionando para alunos do ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Médio, com mais de um ano de experiência. E os excluídos foram aqueles que estavam em serviços administrativos que não estavam em sala de aula.

#### *2.1.1.1.1. COLETA DOS DADOS*

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada. Com a permissão da direção escolar, foi realizada a entrevista com os professores nos horários de intervalo. A entrevista foi presencial, no segundo semestre de 2022. Cada entrevista foi gravada e teve em média 10 minutos de duração.

#### *2.1.1.1.1.1. Instrumentos de coleta de dados*

O instrumento de pesquisa foi com perguntas abertas e fechadas, num total de 15 perguntas. As perguntas 1 a 7 obtiveram dados de identificação do professor (a) (Sexo, formação, cor/raça/etnia, tempo de trabalho) e as 9 a 15 dados sobre o tema violência racial contra o estudante negro.

Os professores do colégio estadual entrevistados tiveram a identidade mantida no anonimato, e foram identificados com a consoante P maiúsculo, seguidas dos números arábicos, exemplo: P1, P2, P3... e assim sucessivamente.

Os professores entrevistados do colégio privado foram identificados também com números arábicos, exemplo P1, P2, P3, P4, P5. E os Colégios foram identificados por: Colégio Privado com as letras (CP), Colégio Estadual ficou identificado com as letras (CE).

As entrevistas foram gravadas com o uso de dois celulares e transcritas pelo aplicativo *Transcribed by transkriptor.com*.

#### *2.1.1.1.1.1.1. Teste Piloto*

Foi realizado um teste piloto com o objetivo de descobrir pontos fracos e problemas em potencial, para que sejam resolvidos antes da implementação da pesquisa (ZACCARON *et al.*, 2018). O teste piloto pode ser considerado como estratégia metodológica para auxiliar o pesquisador e como consequência validar o instrumento de pesquisa, por ser aplicado antes das realizações do contato com os sujeitos e/ou objetos do estudo (DANNA, 2012).

Realizamos o teste piloto com duas professoras: uma do ensino público e uma do ensino privado. E não houve nenhuma sugestão ou questionamento com relação as questões apresentadas e respondidas. E essas não foram contabilizadas para os dados finais da pesquisa, portanto foram descartadas.

#### *2.1.1.1.1.1.1.1. Análise dos dados*

Foi feita a análise descritiva dos dados. Tendo como finalidade a interpretação dos dados e assim confirmar ou rejeitar as hipóteses (SILVA G., 2018). Para a apresentação dos resultados, além da análise descritiva utilizar-se-á de tabelas.

A Análise Descritiva é a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados. É utilizada para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos (REIS; REIS, 2002). Os dados também serão apresentados utilizando tabelas e quadros.

#### *2.1.1.1.1.1.1.1.1. Parecer Ético*

Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante; a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes.

Portanto, a pesquisa foi submetida para análise e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Conforme a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), número do parecer: 5.510.435., e a autorização do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu, PR.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em dois colégios, um público e um particular, totalizando 10 professores entrevistados, e nesse universo os pesquisados apresentaram como características os dados de identificação que são demonstrados nos quadros abaixo.

**Quadro 1:** Dados de identificação dos professores entrevistados do Colégio Público Estadual, 2022.

P 1; CE.	Sexo: Feminino - Licenciatura Plena em Educação Física - Atua há doze. Leciona público. - Fundamental II E Ensino Médio. Atua há doze anos na sala de aula. - Se identifica como Branca
P 2; CE	Sexo: Feminino - Licenciatura em Ciências Biológicas, leciona há quinze. Leciona público. - Fundamental II E Ensino Médio. Atua há doze anos na sala de aula. - Se identifica como Parda
P3; CE	Sexo: Feminino - Formação acadêmica: Ciência Biológica, Química, licenciatura em Matemática. Mestrado em Química. Leciona público. - Fundamental II E Ensino Médio. Atua há doze anos na sala de aula. - Se identifica como Parda.
P4; CE	Sexo: Masculino - Licenciatura em Matemática e Engenharia Mecânica - Atua vinte anos. Leciona público. - Fundamental II E Ensino Médio. Atua há doze anos na sala de aula. - Se identifica como Parda
P5; CE	Sexo: Feminino - Formação acadêmica: Licenciatura em Letras Português Inglês. Leciona público. - Fundamental II E Ensino Médio. Atua há seis anos na sala de aula. - Se identifica como branca.

**Elaboração:** autor (2022).

**Quadro 2:** Dados de identificação dos professores do Colégio Privado, 2022.

P1; CP	Sexo: Masculino - Licenciatura em Educação Física - Atua há doze. Leciona no Colégio Privado. Turma do Fundamental II. Atua há seis anos na sala de aula. - Se identifica como Pardo
P2;CP	Sexo: Masculino - Licenciatura em Educação Física, leciona há quinze. Leciona no Colégio Privado. - Fundamental II E Ensino Médio. Atua há catorze anos sala de aula. - Se identifica como Preto
P3;CP	Sexo: Feminino - Formação acadêmica: Licenciatura em Letras Português Inglês. Leciona privado e público. - Fundamental II E Ensino Médio. Atua há dezenove anos na sala de aula. - Se identifica como branca.
P4;CP	Sexo: Feminino - Formada em Engenharia Ambiental, Pedagogia e Licenciatura em Matemática Leciona Matemática. Atua há vinte anos. Leciona público. - Fundamental II E Ensino Médio. Atua há doze anos na sala de aula. - Se identifica como Pardo
P5;CP	Sexo: Masculino - Formação acadêmica: Licenciatura em História e Geografia. Leciona em Colégio Privado e Público. - Fundamental II E Ensino Médio. Atua há vinte e dois anos na sala de aula. - Se identifica como branca.

**Elaboração:** autor (2022).

Para nossa pesquisa foi relevante saber como cada professor compreende a questão racial, uma vez que se trata de questões compostas de debates, conceitos e preconceitos, definições que produz sentidos para os sujeitos que se posicionam como militantes das questões étnico-raciais, dentre elas, podemos citar os termos: afrodescendentes, pretos, negros, indígena e pardos (SOUZA; BRESSANIN, 2019, p. 3).

Schucman (2014, p.7) compreende que não apenas raça, mas também cor e cor da pele podem ser usadas no mesmo contexto carregado de ideologia e de política, podendo ser manipulados como conceitos naturais na luta antirracista.

No entendimento da autora, a raça, como identidade ou grupo social, envolve muitas dificuldades teóricas para ser trabalhada. A começar pela distinção necessária entre, de um lado, a raça definida pelos outros, ou seja, raça-atribuída, e, de outro, raça assumida por si, ou seja, raça reivindicada politicamente, (GUIMARÃES, 2016, p. 4).

Na busca da compreensão dos professores, o questionário aplicado teve um total de nove (9) perguntas subjetivas sobre Violência racial. Todas foram respondidas

e na sequência seguem as perguntas em questão e as respostas que entendemos serem significativas para o objetivo da pesquisa. Enfatizando que o objetivo era entender como o professor compreendem a discriminação e a exclusão contra o estudante negro na sala de aula.

Gomes (2003) trata em seu trabalho de pesquisa a questão do negro na escola e os processos de formação de professores, a autora levanta alguns questionamentos que entendemos como importantes trazer aqui sua inquietação.

[...] como os educadores negros e brancos pensam o próprio corpo? Como pensam e vêem o corpo negro? Durante os processos de formação docente, os educadores têm contato com reflexões que discutem as representações construídas em nossa sociedade sobre o negro (GOMES, 2003, p. 6).

Nesse caso, faz-se necessário uma reflexão: como os indivíduo se veem? Gomes (2003), ao perguntar como os educadores pensam seu próprio corpo, a resposta pode estar a negação da negritude, ou o silenciamento do negro, como um apagamento promovido pelo racismo histórico ideologicamente constituído no país, que produz sujeitos com medo de se assumirem como negros (SOUZA; BRESSANIN, 2019, p. 11).

Outra questão que deve ser levada em conta é a multidisciplinaridade dos professores, são professores de educação física, de ciências biológicas, letras portuguesas, letras inglês, geografia, e isso influenciou nas respostas e na compreensão do mundo de cada professor. Os professores eles tiveram dificuldades em fazer algumas afirmações e muitas vezes eles deram opinião em vez de emitir a compreensão deles em relação às questões raciais. Acreditamos, também, que pelo fato do entrevistador ser um professor negro, os professores entrevistados podem ter ficado intimidados, ou não muita à vontade para expor suas ideias e respostas.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a questão do tempo. As entrevistas tiveram média de 10 minutos, por ser no intervalo dos professores, que era de 15 minutos. Procuramos ser assertivos nas questões, e eles por sua vez procuraram colaborar dentro do possível. Entendemos também que a atividade laboral do professor é intensa, como fica demonstrado nas entrevistas, há muitos professores que trabalham em até 5 escolas diferentes. No entanto, os professores colaboram para essa pesquisa atingir seu objetivo.

Na questão de número 1, perguntamos se o professor (a) tem aluno negro na sala de aula. Obtivemos que o número de alunos negros percentualmente é muito menor que os alunos brancos, como relataram alguns professores entrevistados.

Os professores 1, 2, 3 do colégio estadual afirmaram ter alunos negros, porém, não quantificaram numericamente ou percentualmente os alunos negros em suas salas. O P4 CE, disse que na sua turma são 30 alunos e apenas 7 são negros. Já o P5 CE, afirmou ter em sua turma 32 alunos e apenas um negro.

Em se tratando do colégio particular o comportamento dos professores mudam, eles apresentam os números de suas turmas e também o número de estudantes negros nelas.

O P1 CP, tem duas turmas de 20 alunos em cada turma tem um aluno negro e ambos são retintos. Na turma do P2 CP, são 25 a 30 alunos e que 2 ou 3 são negros. Na turma da P3 CP, a turma são de 32 a 34 alunos [...] e um aluno tem a pele escura [...] nas turmas da P4 CP, tem 30 alunos e 7 deles são negros. P5 CP diz não ter uma ideia do percentual de alunos negros, talvez seriam uns 35 a 40 %, quando, no entanto, quando perguntado sobre a turma que leciona no colégio privado ele diz ter 3 alunos negros em uma turma de 20 alunos. Traga a discussão sobre esse item evidenciado

Outra questão que chamou a atenção foi quanto a confusão que alguns professores da escola pública com relação a identificação do negro, isso fica evidente nas respostas de alguns: tem aluno negro em sua turma?

[...] tem bastante. É bastante dificuldade da gente trabalhar em sala de aula com os alunos negros, pretos mas não só com os pretos [...] (P1 CE).

[...] porém, eu não gosto de usar a palavra preto, mas, pardo e afrodescendente (P.2 CE).

Assim segue também entre os professores do colégio privado, ao responder se em sua turma tinha estudantes pretos retintos ou pardos, o professor respondeu:

[...] retinto mesmo característico [...] (P1 CP).

[...] tem dez alunos negros, porém preto apenas um (P.3, CP).

Esse comentário parte da premissa que parece simples definir quem é negro no Brasil, mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento (SILVA R.,

2018), não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não, no entanto, entendemos que essa confusão tende a ser prejudicial, para lidar com a questão racial em sala de aula, por não se tratar de um caso de subjetividade, de como a pessoa se identifica, preto, ou pardo, mas, de como ele é visto pelo professor.

A formação do conhecimento para uma educação antirracista começa por compreender a identidade negra, [...] como uma construção social, histórica, cultural e plural, que implica na construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2003, p. 5), nesse caso, o outro é o professor, que tem o papel de mediador, ou de uma educação para todos.

Para Gomes (2003, p. 5) é grande o desafio para a sociedade construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo.

Quando a professora diz: [...] eu não gosto de usar a palavra preto, mas, pardo e afrodescendente (P.2, CE), ela faz parte de uma sociedade que ainda não conseguiu superar essas questões que parecem simples.

Ao tratar da temática racial, alguns professores usam de uma compreensão (consciente, ou não) deturpada de autonomia para reproduzir e produzir práticas racistas (MUNANGA, 2004).

Ainda sobre essa questão em relação ao professor como educador, (GOMES, 2003, p. 7), compreende que,

[...] a articulação entre educação e identidade negra vai exigir de nós mais do que leituras, pesquisas e discursos elaborados: exigirá análises, novos posicionamentos e posturas por parte de professores e professoras negros e brancos, tanto da educação básica quanto do ensino superior, e requalificará o nosso discurso sobre a escola como direito social.

Esse ideal é objetivo a ser ainda alcançado na educação brasileira. Tratamos aqui de uma situação problema, que espera com urgência, pôr a mudança de paradigma histórico (a violência contra o negro), que se imagina começa na escola, e com o professor. A mudança se dá por meio da formação consciente da população que precisa conhecer sua verdadeira história e sua cultura.

Professoras e professores geralmente não prestam a atenção devida a um aspecto particularmente importante da atividade de ensino a sala

de aula é uma situação comunicacional os que estão ali presentes estão engajados em uma atividade na qual os sentidos culturais são transmitidos o que ocorre a partir de uma determinada lente muitos veriam esse ato de comunicação como algo marcado pela pelo ideal e dentro da realidade, mas estamos bem longe disso (MOREIRA, 2022 p. 185).

É importante pontuar também que os professores negros têm uma visão diferente do que o professor branco, isso ficou evidenciado na entrevista do P1 CP, que é um negro, que atua há 15 anos em colégio da rede privada. Suas falas são carregadas de sentimentos da vivência e do pertencimento de quem sofreu e sofre na pele a dor da discriminação.

[...] por ser negro eu tenho que trabalhar duas vezes mais para ser elogiado. Se hoje eu estou aqui não é questão de ser metido, isso não é questão de vitimização, eu sou professor. Não é questão de arrogância, e ser melhor do que ninguém; não estou me glorificando. Mas, eu quero dizer o seguinte, hoje eu estou aqui porque eu preciso trabalhar duas vezes mais, eu tenho que fazer projetos, tenho que fazer projetos [...] eu preciso fazer isso para manter o meu serviço. Tem que fazer as coisas para garantir o trabalho, a galera não entende isso daí (P1 CP).

Moreira *et al.* (2022, p.196) diz que o professor negro e a professora negra enfrentam algumas questões específicas que também precisam ser analisadas uma delas decorre do fato de que pessoas brancas nunca são convidadas a discutir temas relacionados com a raça e racismo. Novamente trazemos as falas do P1 CP,

[...] você tem que ser o dobro, eu tenho que fazer o dobro do que os outros para mostrar. Ah! parabéns ao negro ele está conseguindo! Oh, o negro conseguiu chegar lá! Por quê? Porque não é normal na sociedade o professor, o apresentador, entendeu? A gente tem que fazer o dobro o dobro.

A demanda aqui, postulada por esse professor vai de encontro ao anseio que se busca do sistema de ensino, onde escolas e professores, cujas reivindicações, [...] de políticas de ações afirmativas reparações reconhecimento,

e valorização de histórias culturas e identidades dos movimentos sociais negros busca combater o racismo a partir do reconhecimento estatal que propõe a divulgação e a produção de conhecimentos que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento etni com direitos garantidos e identidades valorizadas (OLIVEIRA; CANDAU, 2017, p.18).

Costa; Fernandes; Trejos-Castillo (2023, p. 39) afirmam que a violência é predominantemente produzida pelas elites e por todos os estratos sociais, todavia tende a ser associada de maneira reducionista e invertida aos pobres. O P1 CP ao afirmar que a sociedade celebra o negro quando ele conquista alguma coisa, na concepção dele, ela está demonstrando com isso que: é excludente e que essa população é invisibilizada, silenciada.

[...] O primeiro negro. O primeiro negro a ser, você viu? O primeiro negro? O que ele fez para chegar lá? Ele tem que fazer o dobro, mas muito mais do que os outros [...] (P1 CP)

Corroborando com esse argumento a questão da invisibilidade social como categoria importante na discussão no contexto de cometimento de atos infracionais (COSTA; FERNANDES; TREJOS-CASTILHO 2023, p. 40), diz que parte dos adolescentes e jovens a indiferença o não reconhecimento. O não pertencimento pode se constituir em uma forma de violência e contribuir para o cometimento de infrações, e ou automutilação. Uma pessoa que estava em busca do pertencimento (hoje com 18 anos),

[...] que a partir dos 15 anos adoeceu de tanto engolir em silêncio as palavras: macaca preta. bicho peludo, e você é muito gorda para você dançar quadrilha, hoje é esquizofrênica, faz tratamento de choque em Curitiba (P1 CE).

A questão social de ser ou entender o que é uma pessoa negra não se revela uma relação simples para a sociedade brasileira.

Na questão 2, foi perguntado se os colégios que trabalham e nas aulas ensinam, ou comentam sobre o currículo, História e a cultura afro-brasileira.

As respostas dos professores foram afirmativas, porém nem todos fizeram comentários sobre o conteúdo da lei 10639/03. As respostas curtas demonstram falta de conhecimento do currículo, História e a cultura afro-brasileira, por exemplo:

[...] Tem. Porém, não na disciplina de matemática (P4 CE); Tem aham (P5 CP); [...] Sim. (P3 CP); [...] Tem (P4 CP).

E quanto aos professores que trabalham o conteúdo, referem sentirem-se isolados e sem apoio,

[...] Não tenho apoio. Você vai ter que, você sabe que você tem que aplicar. Professor que tem que se virar. Não vejo essa facilidade para encontrar artigos, ideias, né? Da minha área porque eu não posso, por exemplo, por eu ser de ciência eu não posso ir para uma parte da história eu tenho que focar o que tem a ver com a minha disciplina (P2 CE).

[...] E a gente vem aplicando, porque a gente é obrigado a passar porque a BNCC pede. E eu acho isso muito interessante que nós professores também vamos aprendendo junto com os alunos, entendeu? É muito legal. Tem, eu esqueci o nome da atividade. Tem um com cabo de vassoura que você vai trocando de lugar e vem lá da África [...] (P1 CE).

O Currículo veio como ação afirmativa por parte do estado conclamada e esperada por várias décadas pelos movimentos sociais negros, sendo considerada um marco histórico no alcance de políticas raciais para educação Brasileira, (NUNES, *et al.*, 2019, p. 2), para os professores trabalhar em sala de aula.

[...] sim, já trabalhei com formadores que é equipe multidisciplinar, projeto no final do ano na semana data histórica da Consciência Negra (P.2 CE)

Como dentro da minha disciplina a gente não trabalha, eu vejo outros professores trabalhando com professores de arte, às vezes o de história eu já vi trabalhando. Ver o material eu não vi. A gente vê exposições que eles fazem de trabalhos relacionados ao tema (P3 CE).

[...] Eu sei que tem mas, na minha aula não usa (P4 CE).

[...] têm sim [...] trabalho em equipe, os trabalhos e as atividades são feitas em equipes (P.1 CP).

[...] o professor de artes está começando a falar sobre afrodescendentes, leituras, eu sinto falta das comemorações, né? Zumbi dos Palmares, não é uma data como outras datas com muita ênfase (P.1 CP)

[...] É que entre os currículos do MEC para as escolas, foi colocado que as escolas elas têm por obrigação ter o currículo, que na nas disciplinas, em especial, as disciplinas de artes e história ter essa disciplina trabalhando a história e a cultura afro-brasileira (P2 CP).

Conforme respostas dos professores o currículo História e Cultura Afro-brasileira, está em vigor e são utilizados, no entanto parece-nos subutilizados, como vimos alguns professores, se limitaram em responder que tem, sem demonstrar conhecimento do assunto.

Aqui separamos duas respostas de uma professora de língua portuguesa, do Colégio Público, e uma de um professor do Colégio Privado.

[...] na língua portuguesa não, na verdade, a matéria que eu dou aula pra eles é inglês, a gente não entra nessa questão de cultura (P.5; CE).

[...] o professor de artes está começando a falar sobre afrodescendentes, leituras, eu sinto falta das comemorações, né? Zumbi dos Palmares, não é uma data como outras datas com muita ênfase (P.1; CP).

Acreditamos que o currículo, História e a cultura afro-brasileira quando pensado pelo legislador, tinha nele o objetivo de promover a igualdade racial, já que [...] o final da escravidão foi perpetuado pela disseminação de teses racistas, de forma ideológica no final da escravidão, enquanto ocorria o processo de adaptação da sociedade à mudança do status jurídico dos negros (SEVERO, 2019, p.21).

A promulgação da Lei 10639/2003, significa o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades, ele reconhece que a lei é fruto de uma luta da sociedade, pois exalta uma conquista histórica, do movimento negro. No entanto, quanto ao currículo da Lei 10639/03 para os entrevistados, ele poderia ser mais utilizado.

Uma das dificuldades que muitas escolas brasileiras têm em seu cotidiano pedagógico é trabalhar de forma interdisciplinar, uma vez que o ideário positivista, pautado na perspectiva de ver um objeto isolado sem a necessidade de colocá-lo como uma parte que se articula com um todo dialético, termina desenvolvendo um ensino de conhecimentos isolados epistemologicamente. Dessa forma, o Plano de Implementação da Lei 10.639/03 aponta para essa perspectiva de se trabalhar de forma interdisciplinar (NUNES *et al.*, 2019, p. 8).

A consciência é formada com o saber, o conhecimento libertador, e entendemos que a Lei 10.639,2003, tem contribuído para recontar a história do negro no Brasil, porém, a P2 CE diz:

[...] Eu acho que deveria ter um pouquinho mais assim, para quem não tinha nada, nunca trabalhou com isso, a equipe multidisciplinar ajuda bastante, mas a gente vê que falta material, e algo do livro didático, por exemplo, a parte da ciência, falar do que os negros contribuíram com a ciência. A gente não vê isso. Então eu da minha

parte busco. Eu não vejo nada fácil. Ali pronto ali no livro didático. Eu tenho que ir além pesquisar por conta, então isso eu acho difícil.

Percebemos, no depoimento da P2 CE, que se faz necessário abordar a temática étnico-racial como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, construindo projetos pedagógicos que valorizem os saberes como instrumentos construtores de processos de aprendizagem (NUNES A. *et al.*, 2019), e ainda os professores acreditam que o currículo, História e a cultura afro-brasileira são subutilizados.

Essa questão está atrelada a próxima questão que trata de outros conteúdos referentes à temática racial, o uso de materiais didáticos que retratam os aspectos étnico raciais.

Na questão 3, a pergunta foi referente ao uso de matérias didáticas sobre as questões étnico-culturais. Para os professores o uso desses materiais didáticos não é comum.

[...] esqueci o nome da atividade, tem um com cabo de vassoura que você vai trocando de lugar e vem lá da África [...] Então o material didático ele é reciclável pela gente o estado pede pra gente estar fazendo isso não tem material (P.1 CE).

[...] Não vejo essa facilidade para encontrar artigos, ideias, né? Da minha área porque eu não posso, por exemplo, por eu ser de ciência eu não posso ir para uma parte da história eu tenho que focar no que tem a ver com a minha disciplina [...] (P2 CE).

Pode-se perceber que, na prática cotidiana dos professores, assuntos relacionados às questões étnico-culturais têm sido secundários. Com exceções, é evidenciado a ausência de materiais didáticos que abordem a temática racial. Tanto no Colégio Público, como no Colégio Privado,

[...] Na questão de materiais didáticos relacionados a cultura não uso por ser do ensino do inglês, se fosse o português seria trabalhado a questão racial (P.5 CE).

[...] porém outros materiais relacionados a história e cultura negra não temos (P.3 (CP)).

Efetivar a lei 10.639/03 no cotidiano das ações pedagógicas das escolas implica em debates, reflexões, que contribuem para construção de uma sociedade

que entende e respeita as diversidades e combate ao racismo (LIMA, *et al.*, 2021, p.25). No entanto seria importante outros materiais didáticos para serem trabalhados na prevenção ao racismo.

[...] embora, o MEC tenha incentivado e proporcionado apoio à preparação de material didático sobre os temas e buscado contribuir para efetiva implantação das leis isso não vem acontecendo a realidade da maioria das propostas educacionais em vigor no país incluindo a nova BNCC é o descaso com as leis e quando existe a preocupação com a sua alimentação ou práticas pedagógicas que as desenvolvem apesar das normas e posições que chegaram aos professores elas são pontuais não sistêmicas e ficam a cargo daquele que por diferentes razões acreditam na necessidade de trabalhar os temas da legitimidade da exigência legal boa parte das escolas o que acontece é o desprezo das leis ou sua implantação em uma lógica que mantém a hierarquia entre as diferentes contribuições permitindo e mesmo reforçando em alguns casos preconceitos hierárquicos entre conhecimentos e entre os sujeitos que os detém (OLIVEIRA, 2019, p. 61,62).

Constata-se, que assim como há 135 anos, ignorava-se políticas públicas, aos negros, isso continua sendo reproduzido, pouco se discute ações afirmativas que combatem o sistema que reproduz a desigualdade com base no racismo (SEVERO, 2019, p.19).

Na questão 4, a pergunta foi: você já presenciou alguma atitude que você entende como racista?

Os professores afirmam ter presenciado, algum tipo de violência, com exceção, de uma professora, do Colégio Público, que diz nunca ter presenciado nenhuma atitude que em seu entendimento fosse violência racial.

Espera-se do professor habilidade para captar, e processar as informações que seus sentidos recebem na interpretação de uma ação preconceituosa, discriminatória e excludente, não estamos falando em opinião pessoal, estamos falando em interpretação de fatos (FRIAS, 2022).

Moreira refere que é no ambiente escolar [...] é onde se dão os fatos, é na escola que as representações que fazemos do outro, por meio da literatura, das artes, que, nunca são neutras face às atenções políticas sociais nas quais nos encontramos imersos (MOREIRA *et al.*, 2022, p 141).

Ao perguntar aos professores se eles já perceberam atitudes racistas, queremos entender como eles compreendem o conceito de violência racial no ambiente escolar. Munanga (2004), entende que, o preconceito se constitui em juízo

prévio, ou seja, uma ausência de real conhecimento do outro, e é o que constataram alguns professores, que disseram que as agressões verbais estavam relacionadas ao estereótipo da vítima,

[...] Do nariz do nariz, narigão, cabelo pichadinho, preto maldito, a sua cor não devia fazer parte dessa roda, você não pertence a esse ciclo, você não faz parte desse mundo. E através dessas falas as crianças que conseguem se defender se saem bem, mas tem criança que não consegue [...] (P1 CE).

[...] aquele macaco [...] discriminação mesmo cabelo, cabelo é ruim, piadinhas (P.2; CE).

[...] Foi uma discussão verbal em sala de aula, onde o aluno agrediu o outro verbalmente falando que ele tinha [...] o cabelo duro, que ele era preto, que era encardido (P.4; CP).

Por meio do olhar do professor é possível identificar manifestações de incorporação, pelo aluno, da inferioridade que é atribuída aos povos não-brancos em nossas relações raciais (TRINDADE, 2021), nesse caso o reflexo é a reprodução na escola do que se é presenciado, em outros locais.

Entendendo que questões, como essas podem parecer subjetivas, como percebemos em algumas respostas, porém retratam que essas, como bem define Moreira *et al.* (2022, p. 141), quando diz que,

Imagens de controles são representações caricaturais de grupos vulneráveis feitas com intuito de desumanizá-los, de modo a normalizar as posições de subalternidade impostas. Os mitos de que os índios seriam preguiçosos, os negros malandros, e as mulheres, históricas, são típicas imagens de controle que servem para justificar em nossa cultura a violência e as exclusões de que tais populações são vítimas.

O (P4 CE) diz ter vivenciado uma [...] violência verbal em sala de aula e um aluno agrediu o outro ao referir que ele tinha o cabelo puxado, tinha o cabelo duro, que ele era preto, que ele era encardido [...]. O que acontece muitas vezes é que longe do olhar da professora é comum as crianças referirem-se às crianças negras como: você é preto, você é feio, cabelo duro, cabelo de bombril, entre outras falas de cunho pejorativo (LIMA *et al.*, 2021, p. 17).

Aqui fica um ponto inquietante, se o professor, percebe a prática da discriminação e da exclusão, ele pode interferir positivamente no episódio ajudando

ambos, agredido e agressor. O primeiro, fazendo justiça e reparação, enquanto no segundo, ensinando o respeito e a valorização do outro.

[...] tem criança que engole com medo de perder a amizade do playboy da escola. Chega em casa, fica se lamentando porque o colega falou daquela forma com ele e não espalha para os pais, não conta pra nós, não conta para direção, não conta pra ninguém, guarda. E essas pessoas que vem guardando e adoecendo[...] (P1 CE).

Comportamentos como o narrado, aqui tem raiz no lugar social ocupado pelo negro na sociedade, que pode ser considerado como um não-lugar, daquele que é silenciado e apagado, nos diversos lugares de modo que o negro não seja reconhecido como um sujeito social (BONILHA; SOLIGO, 2015. 2).

É de fundamental importância que o professor tenha a compreensão do que seja uma atitude preconceituosa e racista para que a prática não continue perpetuando no ambiente escolar.

Na questão 5, em relação as situações de discriminação e exclusão contra o estudante preto, já presenciou algum incidente, violências?

Para a professora (P5 CE), são frequentes as atitudes e condutas discriminatórias entre os alunos, xingamentos, agressões, apelidos pejorativos,

[...] é difícil falar que não vem da maldade, eu não vejo maldade nas crianças de sexto ano, mas, teve. por exemplo: preto quando não faz coisa na entrada faz na saída, eles replicam, você vê que não é postura deles, mas, eles escutam de algum lugar, eles escutam e eles replicam (P.5 CE).

Alunos negros que convivem com piadas, gestos, olhares e comparações ridicularizadas ou animalísticas que não são explicitamente admitidos pelos racistas, estão ameaçados de se sentir destruídos por sua própria condição étnica (OLIVEIRA, 2019, 121).

É evidente que a discriminação racial tem acontecido em sala de aula por meio de xingamentos, ditados populares e expressões racistas em relação a cor da pele e ao tipo do cabelo, ou nariz.

Moreira *et al.* (2022, 131) argumenta que esse tipo de prática é visto como racismo recreativo, que,

representa o que alguns autores têm chamado de racismo sem racistas, o conjunto de estratégias supostamente impessoais que operam para reproduzir a discriminação, mas que não são atribuídas a pessoas ou instituições específicas. Essa política cultural tem um propósito: impedir que membros de minorias raciais possam ter o mesmo nível de respeitabilidade social que pessoas brancas possuem.

Por exemplo aqui nós temos o depoimento da (P1 CE), sobre uma aluna que para ser aceita pelo grupo sofreu muitas humilhações,

[...] ela adoeceu de tanto engolir e silêncio as palavras macaca preta bicho peludo e você é muito gorda para você dançar quadrilha hoje é esquizofrênica, faz tratamento de choque.

Para Moreira *et al.* (2022, p. 132) o racismo recreativo pressupõe outras formas de racismo, partindo do pressuposto de que estereótipos raciais reproduzidos no racismo simbólico por meio de configuração cultural consiste em associações negativas entre negritude e moralidade.

O ambiente escolar é o ambiente para o desenvolvimento humano, pelo fato de ser no chão da escola que se dá o processo do saber formal.

Qual deve ser a atitude de um professor frente uma atitude racista? A (P.3 CP), que já presenciou várias vezes, situações em que entendeu como sendo racista, sempre que acontece ela interrompe a aula e conversa com a turma,

[...] quando acontece algum caso de racismo, a gente, eu pelo menos, paro a aula converso, acho que colocaram no lugar do outro, Uma atividade assim: você agora vai ficar na posição dele, sentir na pele. Entendeu? Porque quando a gente não sente a gente não dá tanta importância, e acha que pode falar o que quer fazer o que quer, então talvez colocar aquela situação no outro, para ele realmente sentir o que o outro passa, quando ele tem a situação de racismo né? (P3 CP)

Essa sensibilidade pode contribuir para que situações como as relatadas no ambiente da escola, não fossem corriqueiras como são as ações de discriminações e exclusões, frutos do racismo estrutural.

Embora existam os desafios, os professores não podem se negar a promover uma educação antirracista, que contempla, respeita e valoriza a história e as culturas africanas, afro-brasileira e indígenas, buscando desconstruir concepções preconceituosas e discriminatórias acerca das diferenças e das diversidades (LIMA *et al.*, 2021, p. 10).

Para Oliveira e Costa (2003) é de fundamental importância a presença de professores mais sensíveis à temática racial, como mediadores das práticas curriculares cotidianas para que estas se concretizem de maneira mais linear e/ou frequente. No caso da população negra há especificidade, para que as relações sociais estejam para evitar o discriminar.

[...] é preciso saber que criar um ambiente pedagógico inclusivo passa, por exemplo, por cuidar das imagens nos corredores, por reler narrativas históricas, por criar um conjunto de premissas igualitárias de relações sociais e interpessoais, não sendo possível prescindir de ações efetivas para combater o racismo e a discriminação no palco cotidiano, pois é no dia a dia, em momentos como a entrada e a saída de estudantes, nos intervalos e no recreio, que processos discriminatórios ocorrem sem que os profissionais estejam atentos e se dediquem a combatê-los (SESC, 2019, p.135).

Essas questões estão todas ligadas à capacidade dos professores. A capacidade aqui está relacionada com a formação, não só a formação acadêmica, mas também a formação acadêmica. A obrigatoriedade proposta pela Lei 10.639/03 enfrenta desafios que giram em torno da educação das relações étnico-raciais do Brasil. Para que situações como a do depoimento a seguir desapareçam do ambiente educacional brasileiro,

[...], narigão, cabelo pichadinho, preto maldito, a sua cor não devia fazer parte dessa roda, você não pertence a esse ciclo, você não faz parte desse mundo. E através dessas falas as crianças que conseguem se defender se saem bem, mas tem criança que não consegue (P1 CE).

Aqui fica demonstrado que ao repudiar a cor repudia radicalmente o corpo, e com desprezo, vergonha ou hostilidade se estereotipa o negro como beijo grosso, nariz chato e grosso, cabelo ruim, bundão, e assim por diante (VILHENA, 2006, p.6), a autora ainda argumenta que,

Este é [...] traço da violência racista. Estabelecer uma relação de desqualificação entre o sujeito negro e seu corpo. Sabemos que a identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que o sujeito cria com seu corpo. Essas atitudes demonstram que se trata de discriminação, por essas referências ter como objetivo diminuir o valor do outro.

Essa realidade precisa mudar, e o professor pode interferir para atingir esse fim, e para isso é preciso ter conhecimento dos temas étnicos racial, precisamos nos desvincular de preconceitos, discriminações e estereótipos que temos cunhados em nossas mentes e formação acadêmica ou social marcada pela hegemonia da história e do fazer eurocêntrico (SESC, 2019, p. 197).

Na questão 6, perguntamos se os professores estão preparados para lidar com as questões raciais.

A partir dos anos de 1980 os caminhos da educação foram traçados conforme as necessidades sociais que pediam o domínio de novas tecnologias especialmente pelo professor, que era o responsável pela transmissão dos conhecimentos (FERREIRA, 2008, p. 82). Essas mudanças tinham como intenção o melhor preparo dos educadores, já que as inovações estavam surgindo e quem tem a premissa de ensinar precisam de conhecimento especializado. Ferreira trouxeram a afirmação que,

[...] foi porém na década de 1990 que os que as discussões acerca da importância de uma boa formação de educador tomar um curso à medida que os debates vi giram se as propostas de reformulação os custos normais em nível médio e das licenciaturas e de redirecionamento dos cursos de pedagogia (2008, p. 82).

Se desde os anos 1990, há a preocupação com a formação dos professores, para os temas transversais, será que essa formação foi alcançada? O que nossos entrevistados veem desse preparo na formação de seus colegas? As respostas são divergentes,

[...] Eu acho que 100% não está. Acho que deveria ter um pouquinho mais; para quem não tinha nada, nunca trabalhou com isso, ajuda bastante [...] não tenho apoio que você sabe que tem problema que deve ser trabalhado nas disciplinas escolares (P.2 CE).

Essa professora, do colégio público, entende que não estão todos preparados, porém entendem que houve mudança positiva, já que antes não havia nada, no entanto, sente falta de apoio para trabalhar a temática.

No caso da professora do colégio Estadual ela entende que no colégio privado o olhar é mais próximo, segundo ela, pelo fato do professor estar recebendo para isso. Enquanto para ela esse controle é mais difícil no colégio público,

[...] o preparo dos professores é complicado falar sobre isso, mas eu entendo que no modo privado, eles têm mais respeito, por essa questão, tem um olhar mais próximo, um cuidado melhor em relação a isso, porque estão pagando né. No Público, para você ter esse controle, é muito mais difícil, mas, a gente vê olhar preconceituosos, partindo do próprio professor, dentro da sala de aula, a gente acompanha, a gente vê isso, né, na sala dos professores, conversando, assim uma conversa informal, você também vê frases, com termos pejorativos né, então eu acho que os professores na rede pública, se eu posso falar, eu acho que eles não estão tão preparados, para lidar com essa situação (P.5 CE).

Quando a (P5 CE), diz que, no colégio privado, o olhar do professor é mais próximo, segundo ela, pelo fato do professor estar recebendo para isso, fica uma questão. O professor do colégio público não recebe também para exercer seu trabalho como professor? Se a motivação for a quantidade de alunos em sala de aula entre o colégio público e o privado, entendemos a justificativa, quanto a motivação ser a remuneração o argumento parece não ser retrato pela realidade.

Ao tratar da motivação do professor, entendemos que ela está relacionada ao interesse da própria atividade, que tem um fim em si mesma e não como um meio para outras metas (KNÜPP, 2006, p.4)

Agora se tratando da remuneração dos professores da rede pública e privada, Barbosa Filho *et al.*, (2009, p. 3), afirma que,

o estudo do diferencial de remuneração público/privado é um assunto bastante estudado na literatura internacional. Há vários trabalhos sobre este tema. Entretanto, a literatura nacional de caráter empírico, sobre o diferencial público-privado, particularmente dos profissionais de educação, é relativamente restrita e pouco conclusiva.

Pode-se dizer que a motivação extrínseca é aquela que vem de fora, e está associada à matéria, à remuneração, ao ter (KNÜPP, 2006, p.4). Hirata (2014, p. 2), publicou estudo onde trata da diferença salarial entre professores da rede pública e privada,

No último ano da série histórica, 2017, havia 2.192.224 professores atendendo 48.608.093 matrículas. O presente artigo procura entender, com base nos dados de 2017, quem são os atuais professores da educação básica do Brasil, sua eficiência no atendimento aos alunos e quanto eles ganham. Nesse sentido, este artigo complementa a literatura sobre o tema ao apresentar dados mais recentes que outros estudos que traçaram o perfil dos professores, como Barros, Mendonça e Blanco (2001) e Andrade et al. (2004). Tais estudos

mostraram que, tipicamente, o docente na década de 1990 era mulher, na faixa dos 30 anos de idade, e que possuía apenas o ensino médio completo. Barros, Mendonça e 2006 2007 Blanco (2001) mostram também que, de modo geral, o salário dos professores das redes públicas era menor que o da rede privada e de outras ocupações no mercado de trabalho. Mais recentemente, Barbosa Filho, Pessoa e Afonso (2009) compararam a renda dos professores no setor público e privado, incluindo salários e aposentadorias futuras, e encontraram que os professores das redes públicas auferiam maiores salários.

Concluimos, então, que a forma que o professor trata a questão da violência racial está relacionada, não a motivação, mas sim na preparação do professor,

[...] em uma forma geral acredito que muitos não estão preparados (P5 CP).

Então este é outro desafio para a aplicação da Lei 10.639/03, a formação docente. A partir da promulgação da lei pode-se vislumbrar que os docentes em formação serão instrumentalizados para trabalhar com as questões presentes no texto da lei (SILVA J. 2018, p. 10-11).

Para a (P1 CE), o papel do professor está para além de ser um conteudista, ela entende que o professor pode interferir diretamente na vida do aluno, sendo espelho de alguém da família,

Hoje eu tô preparada, eu acredito que o professor não é só professor, ele é tio avô, pai, mãe. A fala, eu sou professor e acabou. Sou professor, você me respeita e acabou. Isso para mim é inadmissível. E ele trabalha pessoalmente a história dos alunos. Mas, tem o professor que gosta de trabalhar, só isso, que presta conteúdo dele porque eles não pensam no que o aluno está passando, o que que ele tem. Porque ele não é pai, eu já ouvi isso professor falar dessa forma. Isso é inadmissível! (P1 CE).

Pensamentos como estes são reflexo de anos de reivindicações do movimento negro, ao longo do século XX, e reflexo de pesquisas no meio acadêmico que busca levar para a sala de aula debate sobre questões étnico-raciais (FERREIRA, 2008, p. 82).

Na questão da formação tivemos uma resposta que a professora em toda sua formação não teve nenhum conteúdo que a preparasse para as questões raciais, e por isso ela não acha que os professores estejam preparados para lidar,

Eu acho que não. Pelo menos eu até hoje nunca tive nenhuma palavra e nenhuma formação relacionada ao tema desses. Nos doze anos de vida como educadora nunca me falaram nada que levasse a esse ponto aqui (P3 CE).

Para Silva R. (2018) é preciso pensar nas gerações de professores que estão formados e atuando, que, no entanto, não tiveram em sua formação nenhum tipo de instrumentalização para lidar com essas questões, ou pior, que foram educados para não lidar com elas (SILVA R., 2018, p. 10 -11), para esses lidar com a realidade do racismo.

Temos a formulação proposta por Ferreira (2008, p.82) objetivando desmistificar os estereótipos construídos a respeito dos afrodescendentes e assegurar o direito à igualdade de vida e de cidadania, a Lei 10.639, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, e temos ainda uma professora que em doze anos de atividades escolares afirma que não recebeu nenhum treinamento na área ou formação sobre a temática, nos causa preocupação.

O (P2 CP), parece concordar com a professora acima mencionada, para ele é preciso uma capacitação técnica, porém, nem todos têm essa preparação.

Não, nem todos os professores, eles estão preparados neste exato momento né? Para esses tipos de situações precisam se ter a capacitação técnica, mas na preparação nem todos estão preparados para lidar com essa situação, nesse exato momento (P2 CP).

Para a (P3 CP), tem sim a formação, para ela os professores recebem instrução, em especial sobre o novembro da consciência negra.

Sim. Eu creio que sim, porque a gente tem formação né? A formação nesse tem, principalmente específico para isso, dia 20 né? então é trabalhado muito sobre esse tema. Eu pelo menos me acho preparada para intervir e para falar sobre (P3 CP).

Esse é também o entendimento da (P4 CP), de que há formação e os professores, estão preparados para lidar com o tema racismo. O (P5 CP), afirma que

[...] de uma forma geral eu creio que não muitos. Não muitos, mas aqui nesta escola sim.

O que se espera então do conjunto de professores é a intenção evidente no seu fazer cotidiano que desenvolva junto aos estudantes uma visão compartilhada de

futuros cidadãos para o mundo e para a reconstrução do mundo em bases igualitárias (SILVA; PEREIRA, 2019, p.135).

Na questão 7, perguntamos se o racismo existe? E se existe, é um problema que precisa ser trabalhado nas disciplinas escolares e no ambiente escolar?

Todos os professores entendem que o racismo existe, e precisa ser trabalhado nas escolas. Em suas opiniões, o racismo é uma realidade que precisa ser combatido, trabalhado,

[...] O racismo existe com certeza, na minha concepção, no meu olhar [...] no meu olhar em volta, ah, claro que tem. Tem sim. É um problema que precisa ser trabalhado com certeza (P. 5 CE).

[...] existe, infelizmente e está bem incutido na cultura do país. Precisa ser trabalhado na escola, a conscientização, pois a escola existe pra isso, serve pra isso, serve de espelho cultural, também é, exterminar determinados preconceitos que há na sociedade (P5 CP).

O racismo é percebido pelos professores brancos e por professores pardos, porém sentido por pessoas negras. Aqui trazemos um depoimento de um professor negro,

[...] Por exemplo, a minha professora em mil novecentos e noventa e oito, quarta-feira eu cheguei na escola minha professora me disse que eu nunca iria fazer uma faculdade porque você é negro, eu falei que isso professora? Ela era professora de história. Quando eu cheguei na faculdade, o meu sonho era fazer psicologia, meu sonho era fazer psicologia quando eu cheguei na faculdade tinha psicologia e história. Eu falei vou fazer história. Olha o que eu fiz, eu deixei o meu sonho, para conseguir, eu entrei no curso que ela era professora, eu quando fiz história, eu tive o prazer, posso estar errado, mas fui dar aula no colégio que ela trabalhava, e tive o privilégio de chamar ela de colega. Entendeu? (P1 CP).

A experiência desse professor não se reduz apenas no ambiente escolar, no caso desse trabalho falamos sobre a discriminação e exclusão do negro na escola, entretanto achamos pertinente relatar a dor vivenciada por ele e sua família em outro ambiente,

[...] E é tão complicado que às vezes nós somos, e é horrível também, quando eu vou no mercado, quando eu vou numa loja mesmo no shopping, vai eu e meu sobrinho, aí eles já olham assim, diferente. Fui comer em uma pizzaria, fui comer numa pizzaria com minha família, os cara chegaram, deram copo descartável e os outros deram copo de vidro. Eles não queriam dar copo de vidro para nós, só copo

descartável. Então assim, esse racismo velado, sabe? Entendeu, sabe? Então é complicado [...] (P1 CP).

Perguntamos para o professor qual foi a reação dele, como ele lidou com a situação,

[...] Aí, eu às vezes me sinto, aí que vem a questão. Você fala pra mim. Aí que cometo o erro, quando eu fico acostumado. A minha mãe, a minha mãe falou assim: vocês não perceberam? A minha mãe chamou o gerente, e quem eles mandaram? Eles mandaram um garçom negro pra atender a gente, pra atender a gente, pra você ter ideia. Eu falei para o garçom negro, cara o que eles fizeram coma gente? Ele estava acostumado, o garçom estava acostumado com relação a isso, ele baixou a cabeça, ele também estava. Eu estava acostumado, o garçom estava acostumado. Ele também estava. Eu fico pensando, por que que eu aceitei? A minha mãe não aceitou, ela disse: um copo aqui pequeno copo aqui. O problema disso é que estamos acostumados, ah, não vai mudar mesmo, tem que ser assim, fazer o quê? Não é de mimimi não, é verdade [...] (P1 CP).

Moreira *et al.* (2022, p. 126) trata esses, como dimensão estrutural do racismo que afeta todas as esferas da vida, para ele, isso ocorre em função da natureza coletiva do racismo uma vez que as instituições sociais seguem uma lógica excludente.

Para o (P2 CP), o racismo é uma questão que se reproduz na escola, mas tem origem em casa com a família,

[...] Existe! Isso a gente precisa trabalhar muito com essa questão para que não haja, né? Para que não haja esses problemas, não só nas escolas privadas como também nas escolas públicas. Existe muito essa questão desse racismo, do preconceito que é muito grande. E às vezes isso não vem apenas do aluno. Isso já vem propriamente e às vezes do lar e da família. Tudo isso pode estar ocorrendo vindo de lá de cima mesmo, fica ruim [...].

O racismo ainda existe, e é bem incutido na cultura ainda, infelizmente, né? (P5 CP). Nas respostas dos professores todos concordam que o racismo existe e é um problema a ser trabalhado, no entanto, alguns, como vimos contribuíram com seus argumentos sobre a problemática. Na questão 8, pedimos aos professores para comentarem sobre ações para prevenir e/ou inibir a violência racial na escola. As subjetividades são inevitáveis nas respostas, por serem sugestões pessoais, porém, entendemos que foram de valia para nossa pesquisa. Para a (P1 CE), o professor precisar ser próximo aos alunos, no entendimento do (P.3 CE), a questão racial deveria ser ignorada, para ela o ser humano não se reduz a sua etnia. Já o (P5 CP),

acredita que um trabalho multidisciplinar contribuiria para o combate do racismo no ambiente escolar.

[...] Sendo amigo dessas crianças, sendo parceiro dessas crianças pelo menos ouvindo relatos, pelo menos escuta, abandona um pouquinho o conteúdo, escuta que o aluno tem pra falar, conversar, e explicar o que é certo, o que é errado para os outros não ficam humilhando as pessoas, nem aqui dentro e nem lá fora. Eu acho que precisava ter mais diálogo. E se fala assim, eu sou seu professor, sim. Sou seu amigo também. Está faltando isso na classe dos professores.

[...] na minha concepção eu acho que deveríamos todos termos dessa mesma forma não enxergar uma etnia não enxergar uma cor (P.3 CE).

[...] Como sugestão no ambiente escolar poderia ser falado mas, paralelamente às disciplinas, todos os componentes curriculares deveria ser falado mais, pegar sempre um paralelo e fazer por exemplo, uma, tipo união, de quebra de preconceito para o conteúdo ministrado no momento, sempre estar citando para nós irmos inculcando na sociedade o quanto é ruim agir com preconceito com próximo (P.5; CP).

Na leitura de mundo do (P.5 CP), a temática poderia ser dialogada entre todas as disciplinas, oferecendo assim a democratização do tema, com isso concorda, Ferreira (2008 p. 68),

[...] a identidade da criança está, continuamente, em construção, podendo ser afetada por nosso meio social, ou seja, é formada ao longo do tempo e não algo inato, existente na consciência desde o momento do nascimento. Assim, ela permanece sempre incompleta, está sempre sendo formada, numa interação entre o eu e a sociedade e modificada num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

No entendimento da (P.5 CE), essas questões raciais têm sua raiz cultural e precisa ser desconstruídas essas tradições,

[...] A questão que nós falamos agora, a questão cultural, é muito interessante, por que, uma fala como essa tirada do contexto, realmente, seria interessante expor pra eles, porque está falando isso, dá onde que veio? Então essa questão cultural. Tem que ser trabalhada para saber o que estão falando, senão fica tirando do contexto tudo que for falado, por exemplo o tal da manga com leite, é cultural também, então tem uma série de coisas que são interessantes, e não é só para impedir o racismo, para explicar, a questão cultural mesmo para poder, eles entenderem algumas questões daquelas época, que hoje ainda tem esses respingos aí né. (P.5 CE).

Como dissemos, as respostas apresentadas pelos professores nessa questão, são carregadas de subjetividade por tratar da visão de mundo de cada um.

Na questão 9, pedimos sugestões como ação para a diminuição da violência racial dentro da escola.

Os professores demonstraram boa vontade e criatividade em suas sugestões. A (P.3; CP), entende que deve ser uma ação permanente, com o uso da arte e do lúdico,

[...] Como sugestão para o combate ao racismo na escola penso em peça teatral, onde não se tem fala, vai se transmitir a mensagem através do gesto, acho que essa peça teatral seria bem interessante., mas não uma peça que começa numa aula e termina na mesma aula, ela vai, é um processo, cada mês, ou cada quinze dias, aí as pessoas vai soltando a fala em um processo pensado.

Para a (P.4; CP), a conscientização deve ser o mote para a diminuição do racismo, isso deveria ser um projeto desde a pré-escola,

[...] mais conscientização, palestras, educação, precisa ter uma educação racial, porque isso deveria ser um projeto mas escola desde os pequenininhos até o ensino médio.

O (P5; CP), acredita em ações para a valorização do negro, como uma melhor utilização do dia da consciência negra, e dar novos significados as expressões que se refere a cor escura como algo ruim.

[...] Ações para prevenir e inibir a violência racial projetos escolares, com temos em várias escolas, como por exemplo o dia da consciência negra, a valorização do negro na sociedade, estar despertando o aluno para um novo olhar , que não deveria ser novo, mas, um novo olhar para esse parâmetro, que o racismo pode existir até mesmo em pequeno resquício, dentro de disciplinas diversas, então porque o negro sempre é o pior, por exemplo, a o tempo está ficando escuro, vai chover, sempre a cor mais escura para o mal, acho que são preconceitos que devem ser quebrados a partir desses paradigmas aí e ser jogados para a sociedade.

Para nós os professores demostraram, perceber a existência do racismo, e alguma forma de exclusão e a discriminação, porém, as ações disponíveis, e utilizadas, parecem ser insuficientes, não eficazes para inibir ou prevenir a violência racial. Os professores, tanto os professores e professoras tem a mesma compreensão das práticas racistas no ambiente escolar e já presenciaram e interferiram para inibir o que entenderam como violência envolvendo estudante negro.

Esse fenômeno chamado racismo estrutural, está vivo na sociedade e na escola, o, negros, estão acostumados a ouvir alegações de que não há o racismo, pois quando denunciemos a prática racista na sociedade, algumas pessoas, citam Pelé como a negação de que existe racismo na sociedade brasileira. No entanto, para os educadores negros, fica o questionamento sobre a sua prática reproduzindo o discurso dos poderosos, da dominação, da sujeição, do autoritarismo, negando as vezes, a nossa negritude (TRINDADE, 2021, p. 217).

Concordamos com Oliveira e Costa (2003, p.7), que considera que ainda que a escola tenha mantido a questão racial em práticas muito localizadas, como no caso do currículo História e Cultura Afro-brasileira, que são utilizados nas disciplinas de Artes e Literatura e História, é possível inferir que a existência desse currículo formal, já que a subjetividade de temas transversais torna se desafiadores para a comunidade escolar.

Cabe salientar ainda que percebemos similaridades e divergências nas respostas dos professores do Colégio Público e do colégio privado. Por exemplo, no Colégio Público os professores precisam trabalhar as questões do racismo com mais frequência, e os incidentes são também mais frequentes. Porém essas questões raciais são tratadas restritos a/ou na sala de aula, com a interferência do professor. Os trabalhos e as atividades sobre as questões étnico raciais são tratados no mês de novembro, por ocasião do Dia da Consciência Negra dia 20, em algumas disciplinas,

[...] Então porque não é a minha área, no meu trabalho de língua portuguesa eu trabalharia, agora é no inglês que é o que eu tenho contato, é só, então não tem, não trabalho, não tenho material didático [...] (P5 CE).

As disciplinas tratam currículo, são limitadas a algumas disciplinas, e depende muito do professor e sua relação com a causa do combate ao preconceito racial.

[...] Olha, é até complicado falar sobre isso, mas eu entendo que no colégio privado eles têm mais respeito por essa questão. Nessa questão eles tem um olhar mais próximo, há um cuidado melhor em relação a isso porque estão pagando né no público pra você ter esse controle é muito mais difícil, mas a gente. No público para você ter esse controle é muito mais difícil, mas a gente vê olhar preconceituoso partindo do próprio, dentro da sala de aula, a gente acompanha a gente vê isso né. na sala dos professores, conversando, assim, uma conversa informal que acaba, né? Você também vê frases do termo pejorativo, né? [...] (P5 CE).

Tais comentários obtidos dos professores entrevistados corroboram com autores que comentam que a proposta é a análise das visões desse público-alvo a respeito da temática, e refletir sobre o ponto de vista do professor o que pensam e como veem a questão da diversidade violência racial na escola (FERREIRA, 2008, p. 85).

No entanto os professores do Colégio Privado, compreendem que a existência do racismo é uma realidade, entretanto a incidência de atitudes racistas não é frequente. Entendemos que nesse ambiente por se tratar de um colégio confessional é necessário contrapor a ética da dignidade aos interesses pessoais, e os professores são orientados a lidar com o tema racial, por meio da conscientização e combate ao preconceito como ação permanente. Há um acompanhamento por parte da direção e coordenação para trabalhar a inclusão, como afirma o (P2 CP),

[...] A questão a gente já trabalha, nessa questão de palestras, né? Já existem algumas palestras para o mesmo caso desenvolvimento. A gente já tem alguns projetos que são feitos. Justamente trazendo essa ação. Ação desse tipo na área do racismo [...] (P2 CP).

Eu penso assim, alguma coisa a gente já faz. Eu pelo menos quando acontece algum caso de racismo, eu pelo menos paro a aula, e converso, eu acho que colocar um no lugar do outro assim, né? Uma atividade assim, você agora vai ficar na posição dele, sentir na pele, entendeu? Porque quando a gente não sente tanta importância e acha que pode falar, quero fazer o que quer. Então talvez colocar aquela situação no outro. Para ele realmente sentir o que o outro faz. Quando ele tem uma situação de racismo, né? [...] (P3 CP).

Aqui trazemos duas razões pelas quais acreditamos que os professores que o Colégio Privado tem uma compreensão mais positiva do combate ao racismo em seu ambiente. Primeiro, o fato de ser um Colégio de Confissão religiosa, e por isso se procura valorizar a dignidade humana, e isso demanda um cuidado maior com as questões da inclusão. Wachs (1998), representa o ideal da educação confessional, fundamentando o valor do Ensino Religioso, para ele,

O Ensino Religioso no seu processo educativo, quer ajudar a Escola, o estudante e o corpo docente a perceberem que o nosso compromisso educacional transcende o momento educativo. O Ensino Religioso não tem como limite as paredes do estabelecimento, da sala de aula. Ele tem sentido na medida em que aquilo que faz abrange toda a vida, envolve o cotidiano. Portanto: O Ensino Religioso como direito de formação integral visa ajudar a pessoa a desenvolver uma vivência e uma filosofia de vida fundamentada na ética, na justiça, nos

direitos humanos e na defesa da dignidade do ser humano (WACHS, 1998, p. 9).

A segunda razão estaria centrada na questão financeira dos alunos. Neste caso, os alunos matriculados na rede privada, pagam valores financeiros independente da questão racial. Nesse caso, o cuidado por parte da rede privada relacionado ao combate ao preconceito racial estaria relacionado a consequência da questão social. No caso dos bolsistas, se houver discriminação, a motivação seria por questões social (financeiras), pelo fato das bolsas não serem exclusivas para negros. Em pesquisa que objetivava investigar sobre a eficácia do Programa de Bolsas de Estudos para o Ensino Médio como modalidade de política inclusiva educacional, Doronin (2014) concluiu que:

Essas variáveis utilizadas pelo programa de bolsa corroboram como possibilidade concreta de acesso do aluno de baixa renda a um ensino médio de melhor qualidade no sentido de oferecer-lhe melhores condições de inserção no ensino superior público. Já que supostamente a bolsa permite ao usuário preparo de modo mais eficaz para a competição “da mesma forma”, dos demais alunos não bolsistas. Assim, o pressuposto sugere que quanto maior o acesso dos bolsistas ao ensino básico na rede privada maior seria sua chance de inserção no ensino superior público (DORONIN, 2014, p. 64).

Essas observações não têm como objetivo fazer comparações entre Colégio Público e Colégio Privado, pelo fato de os colégios pesquisados serem de regiões diferentes e tamanho diferentes, sendo o público muito maior que o privado (nesse caso). Nossas ponderações trata-se de uma análise feita para entender a razão de que alguns professores ouvidos acreditam ser o Colégio Privado mais cuidadoso com as questões raciais. Parece-nos que a questão da prevenção da violência racial e cuidado pontuado pelos professores, ao afirmar que a rede privada tem ações permanentes para prevenir o racismo, o fator motivador desse cuidado é pelo fato de haver um acompanhamento mais próximo dos pais cujos filhos estão matriculados na rede privada. Não houve essa indicação por parte dos entrevistados, no entanto sobre a preocupação dos pais, Fevorini (2019, p. 5), fala sobre a participação desses na escolha e acompanhamento de seus filhos nos colégios da rede privada concluíram que,

[...] os participantes mostraram-se muito interessados e preocupados com a educação escolar dos filhos, foram criteriosos na escolha da

escola, participaram das reuniões de pais e eventos pedagógicos, além de procurarem os educadores quando têm questões específicas sobre os filhos.

A autora concluiu que os pais, quando ao escolherem os colégios para seus filhos, demonstravam interesse no acompanhamento das ações da escola. Outro extrato interessante revelado pela pesquisa de Fevorini (2009), foi que não importava o modelo familiar entrevistado, o que era levado em consideração era a conduta da escola, ou como a escola era direcionada nas questões éticas,

Apesar de os participantes apresentarem configurações familiares diferentes (casais, casais formados pelo segundo casamento do pai, mães separadas que moram sozinhas com os filhos, mães que moram com os filhos e um novo companheiro, pai que nunca morou com a mãe da filha e que, atualmente, mora com a filha e a atual esposa), esse fato parece não interferir no acompanhamento da escolaridade dos filhos e nem na atenção que dão a eles de uma maneira mais integral (vida afetiva e social) (FERVORINI, 2009, p. 6).

A violência contra o negro é histórica e permanente, como vimos nas entrevistas, nesse trabalho chamamos a atenção para a continuidade do racismo na sociedade brasileira, significa dizer que essa violência é contínua. O racismo está estruturado na estrutura social da sociedade brasileira, a escola é uma estrutura social, portanto não está imune dessa prática opressora.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um ambiente social formado por diversos atores com condições sociais e culturais, etnia, raças, religião, orientação sexual, pensamento político e ideológico diferentes. A escola é o lugar das diferenças, e dela, e os recursos nelas disponíveis para o processo de ensino, que devem ser valorizadas as diversidades.

Não é possível haver igualdade, quando apenas uma cultura é valorizada, a exaltação de uma cultura, é sentimento característico do etnocentrismo, que promove discriminações e violência em relação às demais sociedades, perpetuando assim a segregação e o racismo.

A pele negra carrega uma história marcada por sofrimentos e injustiças; a formação social e histórico social, na construção do Brasil, tem sua origem na exploração econômica pelos portugueses, fazendo uso de mão de obra escrava dos negros afro-brasileiros.

A história reproduzida nas salas de aulas, nas escolas e colégios brasileiros, foi ensinada por séculos, baseando-se na perspectiva eurocêntrica, e para mudar tal realidade, é necessário saber que tipo de educação precisamos desenvolver.

Nossa pesquisa foi organizada em cinco capítulos onde tratamos da violência como fenômeno histórico, discutimos a respeito da violência e violência racial, onde pontuamos, teoricamente, o que de fato são tais ocorrências e como e porque eles acontecem no âmbito social e escolar. Discutimos os conceitos de preconceito, discriminação e exclusão; tratamos sobre a violência estrutural com um olhar sobre a Lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do Ensino da Cultura Africana e Afro-brasileira na Escola.

Lembrando que no dia 9 de janeiro de 2023, a Lei 10.639/03, completou 20 anos de sua promulgação, e como vimos, ela não foi capaz de cumprir seu objetivo, de promover o conhecimento da história afro-brasileira, como intencionava fazer.

Nossa pesquisa se valeu da entrevista semiestruturada com professores e após a coleta fizemos a análise de dados, apresentamos os resultados das discussões dos dados, buscando responder nossa pergunta norteadora que era entender qual a compreensão dos professores frente a violência racial contra o estudante negro no ambiente escolar?

A compreensão dos professores, aqui, não se tratou da opinião deles, mas sim como cada professore compreende as questões envolvendo a violência envolvendo

estudantes negros. Os professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, dos Colégios Públicos e Privado de Foz do Iguaçu, PR, que entrevistamos demonstraram entendem que o preconceito, a discriminação e a exclusão são fatos recorrentes nos ambientes escolares e alguns desses professores já presenciaram atitudes discriminatórias como ofensas raciais.

Os professores tanto do colégio público como do privado, concordaram que há discriminação e exclusão do estudante negro e que violência são praticadas por meio de agressão física e verbal. Os professores disseram que encontram dificuldades para compreender e lidar com a hostilidade envolvendo os estudantes negros.

Na compreensão dos professores o currículo História e Cultura Afro-brasileira, promulgado na lei 10639/2003, é utilizado nos, porém, no entendimento deles, o currículo é subutilizado, e em se tratando de outros materiais didáticos que retratam a história e a cultura afro-brasileira não são disponibilizados nos colégios dos professores entrevistados.

Ficou evidenciado que a violência envolvendo o negro na história é uma prática contínua, significando dizer, que começou com os navios negreiros perpassando a história e ainda é uma realidade nos dias atuais. O racismo na sociedade brasileira está estruturado e pode ser percebido em toda a sociedade. São formas de racismo como vimos: retórica; institucional; estrutural; interpessoal; recreativo; racismo cultural. Esses comportamentos foram identificados na pesquisa, são praticados na sociedade brasileira, perpetuando o racismo, e a escola como parte da estrutura social, reproduz discursos e práticas racistas.

Os encaminhamentos em relação ao enfrentamento ao racismo identificamos diferenças entre o colégio público e privado. Quando há atitudes entendidas pelo professor, como racista a questão é resolvida em sala de aula, o próprio professor procura resolver, as atitudes racistas no colégio público são pontuais, não havendo prevenção.

No colégio privado as ações são permanentes durante o ano letivo, nas questões pontuais o professor trabalha com apoio da coordenação pedagógica, a direção trabalha de forma permanente por meio de conscientização.

Para os entrevistados, a dificuldade para lidar com as questões raciais, estão na formação dos professores que não são orientados para o trabalho com temas transversais, evidenciando que no entendimento dos professores a população negra, ainda sofre as consequências do escravismo, que gerou preconceito, discriminação e

exclusão, que são formas violências e muitas vezes tem a omissão aliado. Olhando para os resultados de nossa pesquisa foi possível identificar avanços como a lei 10.639/03 que trouxe para o currículo ações afirmativas que proporcionaram leitura e pesquisas onde pode se contar e recontar a história do negro no Brasil. Este trabalho pretendeu responder como os professores compreende a violência envolvendo estudantes negros e com isso contribuir para que o preconceito, a discriminação e a exclusão seja dia a dia combatidos na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Editora Jandaira, 2021.
- AMORIM, Rosendo Freitas; De PAULA, Paulo Venício Braga de; ROCHA, Jafrei Almeida. **Análise Da Implementação E Gestão Da Lei 10.639/03 Nas Escolas Estaduais Do Ceará,** 2015.
- ARAÚJO, Ilze Arduini de. BERNADES, Vânia Aparecida Martins. **Discriminação Racial Em Sala De Aula.** Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB. 2012
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência.** Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo.** Caderno CRH, v. 27, p. 613-627, 2014.
- AULETE, Caldas. 1926-1978. **Dicionário de bolso da língua portuguesa.** Porto Alegre, RS:L7PM: Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel de Abreu; AFONSO, Luís Eduardo. **Um estudo sobre os diferenciais de remuneração entre os professores das redes pública e privada de ensino.** Estudos Econômicos (São Paulo), v. 39, p. 597-628, 2009.
- BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03. **Revista Eletrônica de Educação,** v. 10, n. 2, p. 260-272, 2016.
- BARBOSA, Tamires Machado. TRAESEL, Elisete Soares. **Violência escolar: um olhar dos professores.** Florianópolis, SC, 2013.
- BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. CUNHA JR, Henrique Antunes. RODRIGUES, Alexsandro (org.). **Africanidade (s) e Afrodecendente (s): Perspectivas para a formação de professores.** EDUFES. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2013.
- BISPO, Imara Queiroz. Educação Infantil: O Ensino das Relações Étnicos Raciais. **Revista Apotheke,** v. 7, n. 3. 2021.
- BONILHA, Tamyris Proença. SOLIGO, Ângela Fátima. **A Exclusão Do Aluno Negro No Sistema Educacional Brasileiro: Uma Discussão A Respeito Do 'Não-Lugar'.** Faculdade de Educação da Unicamp, Brasil, 2015.
- BORGES, Doriam; ALVES, Maria Railma. Desigualdades e discriminações étnico-raciais. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes,** v. 18, n. 1, 202. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/3830/3650>. Acesso em: 20 out. 22.

BOURDIEU, Pierre *et al.* **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. *Estudos avançados*, v. 27, p. 133-144, 2013.

BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público. **O Ministério Público E A Igualdade Étnico-Racial Na Educação. Contribuições Para A Implementação Da Ldb Alterada Pela Lei 10.639/2003**. São Paulo, SP, 2015.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Brasília, DF, 2018.

DE CARVALHO, Marcus JM. O Desembarque nas Praias: o Funcionamento do Trágico de Escravos Depois de 1831. *Revista de História*, n. 167, p. 223-260, 2012.

CARVALHO, Sumaya, Persona de. (Coord.) **Violência e Preconceito na Escola: contribuições da psicologia**. UFMT. Cuiabá, MT. 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

CLASTO, Daiane da Costa. TONIOSO, José Pedro. **Discriminação Racial: Reflexos No Processo De Ensino aprendizagem E Na Construção Identitária Do Aluno Racial**. 2018.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; BUENDGENS, Jully Fortunato. Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 16, p. 45-54, 2012.

COSTA, Daniela Rocha dos Santos. **Ser Negro no Brasil é F\*Da: do contexto histórico brasileiro aos anúncios da revista trip**. 2016. 124 v. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

CRAVEIRO, Andriéli Volpato; PRIOTTO, Elis Palma. (ORG.) **Violências Na Atualidade: Olhares e Perspectivas**. Nova Praxis Editorial. Porto Alegre, RS, 2023.

CRUZ, Paula, Falcão; MAGNAGUAGNA, Vera Regina Cecilio. **A escola é lugar de todas as diferenças, e a diferença é normal**. Pucrs.br. 2020.

DANNA, Cristiane Lisandra. **O teste piloto: uma possibilidade metodológica e dialógica na pesquisa qualitativa em educação**. I Colóquio Nacional e VII Encontro do Núcleo de estudos linguísticos (NEL) da FURB, v. 16, 2012.

DE SOUZA, Márcia Regina; BRESSANIN, Joelma Aparecida. Quem é pardo no Brasil? Uma análise dos sentidos de pardo nos modos de definir cor ou raça. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, v. 12, n. 2, p. 75-88, 2019.

DORONIN, Juliana de Aquino Fonseca. **Análise da eficácia do programa de bolsas de estudo para o ensino médio**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

EUGENIO, Benedito Gonçalves; SANTANA, Fabiana. **Relações étnico-raciais e o trabalho com a Lei 10.639/03: Análise de uma experiência com formação docente**. Ensino & Pesquisa, 2018.

FERNANDES, Vanja Maria Dominices Coutinho. **A lei nº 10. 639/2003 e alguns percalços para sua implementação nas escolas: um destaque para a formação específica dos professores no âmbito do atendimento voltado às relações étnico-raciais no Maranhão**. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 45-58, set./dez. 2019.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Org. PEAB – **Projeto De Estudos Afro-Brasileiros: Contexto, Resultados de Pesquisas e Relatos de Experiências**. Cascavel, PR, 2008.

FERREIRA, Natália Damazio Pinto. **A Necropolítica Masculinista das Prisões: Uma Análise do Litígio Estratégico Brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. Tese de Doutorado Departamento de Direito. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

FEVORINI, Luciana Bittencourt. **O envolvimento da família na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório com pais das camadas médias**. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, 2019.

FONTE, Beatriz Alves da. **As Contribuições Da Ludicidade No Processo De Formação E Desenvolvimento Da Criança De 2 Anos Na Educação Infantil**. Rio Claro- SP, 2022.

FONTE, Maria Raimunda Santana. **Ensino De História, Currículo E Formação De Professores: Projetos E Ações De Implementação Da Lei Federal 10.639/03**. Marabá, PA, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. PAZ & TERRA. 82 Edição. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Vida, 1987.

FRIAS, Denise de Medeiros. **Percepções de estudantes e ex-estudantes da Educação Básica sobre as manifestações do bullying no ambiente escolar e as estratégias para enfrentá-lo**. Rio de Janeiro, RJ, 2022.

FURTADO, Cláudio Oliveira. **Ações Afirmativas Na Sociedade De Classes: Um Estudo Sobre O Ingresso Do Negro Na Unioeste (2014-2016)**. Cascavel, PR, 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, p. 20-29, 1995.

- GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 2015.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e pesquisa, v. 29, n. 01, p. 167-182, 2003.
- GOMES, Tiago de Melo. **Afro-Brasileiros e a Construção da Ideia de Democracia Racial nos Anos 1920**. Revista Linhas, Florianópolis, SC, 2008.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Formações nacionais de classe e raça**. Centro Universitário Maria Antonia (Ceuma-usp), São Paulo, SP, 2016.
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Dossiê – Trabalho e Gênero: Controvérsias. 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/foz-do-iguacu.html?>. Acesso em 10 ago. 2023.
- IUVA, Patricia de Oliveira. **Encontros Possíveis: As Relações De Autoria Entre Instâncias Diretivas No Campo Do Making Of**. Porto Alegre 2016
- JANZ, Rubia Caroline. **Dez anos da lei 10.639/03: o que mudou nos livros didáticos de História? – Uma proposta de análise**. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 11 a 14 de agosto de UFSC, Florianópolis, SC, 2014.
- JESUS, Rodrigo Edenilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR 19.
- KRUG, E. G. et al. Lozano R. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002. p. 380
- KUHLKAMP, Moacir Cesar. **Bullying Racial: A Cor Do Preconceito E A Discriminação Latente Nas Escolas**. Campo Largo, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52473>. Acesso em: 12 set. 2022.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001.
- LIMA, Alice de Miranda. SILVA, Roseane Santana da. ARAÚJO, Jurandir de Almeida. **Educação Antirracista: Reflexões Sobre Preconceito E Discriminação Racial Na Educação Infantil**. Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, BA, 2021.
- LUFT, Carlos Pedro. **Minidicionário Luft**. Editora Ática, São Paulo. Sp,2000.
- MACHADO, Pedro Henrique; DOS SANTOS, Samara Silva. Memórias Do

Brasil: Invasão, Tráfico De Negros E Violência: Memories Of Brazil: Invasion, Trafficking In Black And Violence. **Revista Contexto & Educação**, v. 37, n. 116, p. 293-307, 2022.

MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580**. Brasileira, 1943.

MARCOCCI, Giosepe. **Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada Teorias e modelos de discriminação no império português<sup>1</sup>** (ca. 1450-1650), 2011.

MARIANI, Fábio. CARVALHO, Ademar de Lima. **A Formação De Professores Na Perspectiva Da Educação Emancipadora De Paulo Freire. IX EDUCERE**, PUC, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

MIRANDA, Luani Gonçalves. **O Currículo A Partir Das Orientações Da Bncc Para O Ensino De Língua Portuguesa, Fundamental Ii. Anais Do V Colóquio De Letras-Breves**. Vozes Indisciplinares: Linguagens, Cultura e Resistências. 2020.

MIRANDA, Monique. **Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil**. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Rio de Janeiro, RJ, 2010.

MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade. **Novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Mazza edições, Belo Horizonte, MG, 2007.

MOREIRA, Adilson José; ALMEIDA, Philipe Oliveira de; CORBO, Wallace. **Manual de educação jurídica antirracista: Direito, justiça e transformação social**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MUNANGA, Kambengele. **A Difícil Tarefa de Definir Quem é Negro no Brasil Entrevista de Kabengele Munanga**. 2004.

NEVES, João Paulo Santos; DA SILVA, Maria Aparecida Monteiro. O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil. **Revista Educar Mais**, v. 3, n. 2, p. 158-166, 2019.

NEVES, Márcia das. **Nina Rodrigues: as relações entre mestiçagem e eugenia na formação do povo brasileiro**. PUC, São Paulo, 2008

NUNES, Antonio de Assis Cruz et al. A lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva do combate ao racismo na educação básica. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 1, p. 211-220, 2019.

NUNES, Georgina Helena L. *et al.* (ORG.) I COPENE SUL,- Congresso

Regional De Pesquisadores Negros Da Região Sul. Pelotas, RS, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, n. 01, p. 15-40, 2010.

OLIVEIRA, Vanessa Regina Eleutério Miranda de; COSTA, Claudio Fernandes da. **A Questão Racial No Currículo E No Cotidiano Da Escola: Xxx. In: 26ª Reunião Anual Da Anped Novo Governo. Novas Políticas?**

PASSOS, Joana Célia dos. **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos**. 2012.

PEREIRA, Amauri Mendes. **A Lei 10.639/03 E As-Os Agentes Da Lei**. Poços de Caldas, MG, 2003. Disponível em: <http://26reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 1 set. 2022.

PRIOTTO, Elis Maria T. Palma. Violência escolar: um problema social, real e emergente. **Tempo da Ciência**, v. 19, n. 38, p. 121-144, 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9692>. Acesso em: 1 ago. 2022.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 161-179, 2009.

REIS, Edna Afonso. REIS, Ilka Afonso. **Análise Descritiva de Dados**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. **Revista Sem Aspas**, p. 3-12, 2017.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A violência como dispositivo de excesso de poder**. Sociedade e estado. Brasília, DF. Vol. 10, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 281-298, 1996.

SANTOS, Raquel Amorim dos. **[In] Visibilidade Negra: Representação Social De Professores Acerca Das Relações Raciais No Currículo Escolar Do Ensino Fundamental Em Ananindeua**. Belém, PA, 2009.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em revista**, v. 34, p. 253-268, 2018.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**. Perspectiva. Florianópolis, SC. 2003

SCHUCMAN, Lia Vainer. SIM, **Nós Somos Racistas: Estudo Psicossocial Da Branquitude Paulistana**. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

Sesc | Serviço Social do Comércio. **Cultura afro-brasileira e africana no Sesc: possibilidades e desafios**. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

SEVERO, Júlia dos. **A Naturalização Das Desigualdades E O Racismo Estrutural: Dos Direitos Formais Ao Genocídio Informal Da População Negra E As Políticas Públicas De Enfrentamento**. Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**. Organizações rurais & agroindustriais, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA, Glauco Peres da. **Desenho de pesquisa**. Brasília: Enap, 2018.

SILVA, José Maria. **Educação e mercado de trabalho. Curso de Formação Política**. Negritude socialista. Módulo III. Brasília, DF, 2018.

SILVA, Josimarson Ramos da. **Currículo e intercultural: caminhos para uma educação antirracista**. 2018. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de História, História, Universidade Federal Fluminense, Campo dos Goytacazes, RJ, 2018.

SILVA, Rosângela Maria. **Ressignificando O Uso Da Literatura Para A Educação Étnico-Racial**. São Paulo, SP, 2018.

SILVA, Thaíse Araújo da. **O NEGRO EM VIVA O POVO BRASILEIRO: representações na ficção ubaldiana**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2015.

TOMAZ, Jonathas de Souza. **Retratos Do Negro No Brasil: Uma Leitura Historiográfica Em Nina Rodrigues**. Criciúma, SC, 2014.

TRINDADE, Luana Ribeiro da. **Fortalecendo os fios: a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste**. 2021.

VARGAS, Ian Marins. **O Papel Do Estado E O Direito Humano À Moradia: Estudo De Caso Sobre A Ocupação Bubas Em Foz Do Iguaçu** - PR. Foz do Iguaçu, PR, 2020.

VILHENA, Junia. **Das Cores E Seus Discursos: Sobre A Violência Do Racismo**, 2006.

WACHS, Manfredo Carlos. **Ensino Religioso como formação integral das pessoas**. Estudos Teológicos, v. 38, n. 1, p. 74-84, 1998.

WACQUANT, Loïc. **Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes**. Novos estudos CEBRAP, p. 87-103, 2013.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O Racismo Através Da História: Da Antiguidade À Modernidade**. Editora UNESP. São Paulo, SP. 2007

ZACCARON, Rafael *et al.* Estudo piloto: um processo importante de adaptação e refinamento para uma pesquisa quase experimental em aquisição de L2. **Revista do GELNE**, v. 20, n. 1, p. 30-41, 2018.

## APÊNDICE

### APÊNDICE I - ENTREVISTA



**Projeto de pesquisa Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ensino (PPGen) – Nível Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE –**

**Projeto:** Percepção dos professores sobre a discriminação e exclusão racial contra estudantes negros na atualidade

**Mestrando:** Clodoaldo Reis Azarias

**Orientadora:** Dra *Elis Maria Teixeira Palma Priotto*

#### a) Dados de identificação do professor (a)

1. Sexo: Feminino ( ) Masculino ( ) Outro ( )
2. Qual sua formação acadêmica?
3. Qual colégio leciona ( ) público ( ) privado ( ) ambos ?
4. Qual turma você leciona, Fundamental II ( ) Ensino Médio ( )?
5. Há quanto tempo atua na sala de aula?.....
6. Cor/raça/etnia. Como você se identifica?  
Amarelo ( ) Branco ( ) Pardo ( ) Preto ( ) Indígena ( ).

#### b) Dados sobre Violência racial

1. Tem alunos pretos em sua turma? Comente.
2. Em suas aulas o currículo, História e a cultura afro-brasileira é estudada? Explique.
3. Usa? Há materiais didáticos que retratam aspectos etnoculturais?
4. Você já presenciou alguma atitude, que você entendeu como racismo? Comente.
5. Em relação as situações de discriminação e exclusão contra o estudante preto, já presenciou algum incidente, violências? Comente.
6. Quanto à formação e/ou capacitação dos professores em relação à questão racial, acredita que estão preparados para lidar com temas como a discriminação e exclusão racial?
7. O racismo existe? E se é um problema que precisa ser trabalhado nas disciplinas escolares?
8. Comente quais as ações para prevenir e/ou inibir a violência racial dentro do ambiente escolar
9. Tem alguma sugestão para a atuação e diminuição da violência racial dentro da escola? Comente

## ANEXOS



Aprovado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Comitê de Ética em Pesquisa – CEP  
Aprovado na CONEP em 04/08/2000

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
– TCLE**

Título do Projeto: Discriminação e exclusão racial como forma de violência contra o estudante negro na percepção dos professores nos colégios estaduais e particular de Foz do Iguaçu, pr.

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – “CAAE” N°

Pesquisador para contato: Clodoaldo Reis Azarias e Profa. Dra Elis Maria Teixeira Palma Priotto

Telefone: 45999519197

Endereço de contato Institucional: (45) 35768188

Convidamos você a participar de uma pesquisa sobre a Discriminação e exclusão racial como forma de violência contra o estudante negro na percepção dos professores nos colégios Públicos e Privados de Foz do Iguaçu, PR. A pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos professores e quais ações realizam como prevenção da discriminação e exclusão como forma de violência contra o estudante negro no espaço escolar. Para que isso ocorra, você será submetido a uma entrevista que será gravada e posteriormente transcrita.

Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação em qualquer etapa desta pesquisa, nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita. Havendo a ocorrência de danos, previstos ou não, mas decorrentes de sua participação nesta pesquisa, caberá a você, na forma da Lei, o direito de solicitar a respectiva indenização.

Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome, endereço, voz e imagem nunca estarão associados aos

resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar. Nesse caso, você deverá assinar um segundo termo, específico para essa autorização e que deverá ser apresentado separadamente deste.

As informações que você fornecer serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa. Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento que você vai assinar contém (2) páginas. Você deve visar (rubricar) todas as páginas, exceto a última, onde você assinará com a mesma assinatura registrada no cartório (caso tenha). Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 às 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: [cep.prppg@unioeste.br](mailto:cep.prppg@unioeste.br) ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092.

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

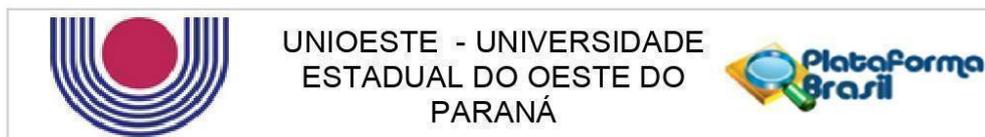
Nome do sujeito de pesquisa ou responsável:

Assinatura:

Eu, Clodoaldo Reis Azarias, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante (e/ou responsável).

Assinatura do pesquisador

Foz do Iguaçu, 08 de abril de 2022.



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Percepção dos professores sobre a discriminação e exclusão racial contra estudantes negros na atualidade

**Pesquisador:** Elis Maria Teixeira Palma Priotto

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 59728122.2.0000.0107

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.510.435

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de investigação acerca da percepção de professores sobre discriminação e exclusão racial em sala de aula, a ser realizada em escolas públicas e privadas. Professores serão entrevistados sobre a percepção acerca tanto da existência de racismo e exclusão em sala de aula, quanto da adequação da formação docente às demandas do ensino das relações etnicorraciais, conforme previsão legal.

#### Objetivo da Pesquisa:

Segundo o projeto, são objetivos da pesquisa:

"Objetivo Primário:

Investigar qual a percepção dos professores frente a violência racial contra o aluno negro do Ensino Fundamental II e Ensino médio da rede Estadual e Particular de Foz do Iguaçu/PR.

Objetivo Secundário:

Analisar o currículo História e Cultura Afro brasileira e contextualizar com as práticas e ações dos professores em relação à prevenção da violência racial na rede Estadual e particular de ensino de Foz do Iguaçu/PR. Identificar como os professores percebem a violência racial na forma de discriminação e exclusão contra os estudantes negros no ambiente escolar.

**Endereço:** RUA UNIVERSITARIA 2069

**Bairro:** UNIVERSITARIO

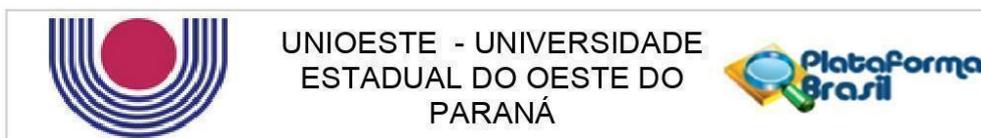
**UF:** PR

**Município:** CASCAVEL

**CEP:** 85.819-110

**Telefone:** (45)3220-3092

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 5.510.435

Descrever as ações que são utilizadas para prevenir e/ou inibir essas violências" (PB, p. 03)

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

São colocados como benefícios a contribuição para a igualdade racial e, como riscos, a descoberta de que não há práticas adequadas ao ensino da história africana.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de um projeto relevante, pois vivemos em um período onde contraditoriamente se coadunam avanços quanto aos direitos civis de populações negras historicamente marginalizadas, e acirramento do racismo. A escola tem importante papel para a promoção da igualdade racial e para a transformação das consciências.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos estão devidamente apresentados. O TCLE traz as informações corretas e está escrito em linguagem adequada. São apresentados autorização do campo de pesquisa, folha de rosto e declaração dos pesquisadores.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Apresentar o Relatório Final na Plataforma Brasil até 30 dias após o encerramento desta pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1854624.pdf	14/06/2022 17:11:35		Aceito
Outros	Anexo_I_II_III_IV.pdf	19/05/2022 18:53:19	Clodoaldo Reis azarias	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_pesquisadores.pdf	19/05/2022 18:42:40	Clodoaldo Reis azarias	Aceito
Outros	Entrevista.pdf	11/05/2022 13:33:04	Clodoaldo Reis azarias	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	11/05/2022 13:26:15	Clodoaldo Reis azarias	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	10/05/2022 14:15:15	Elis Maria Teixeira Palma Priotto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE.pdf	10/05/2022 14:14:05	Elis Maria Teixeira Palma Priotto	Aceito

**Endereço:** RUA UNIVERSITARIA 2069

**Bairro:** UNIVERSITARIO

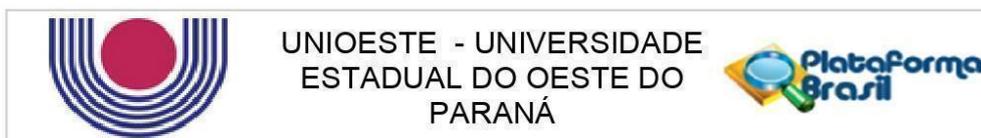
**CEP:** 85.819-110

**UF:** PR

**Município:** CASCAVEL

**Telefone:** (45)3220-3092

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 5.510.435

Ausência	TCLE.pdf	10/05/2022 14:14:05	Elis Maria Teixeira Palma Priotto	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	10/05/2022 14:11:56	Elis Maria Teixeira Palma Priotto	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	29/03/2022 18:51:48	Elis Maria Teixeira Palma Priotto	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CASCADEL, 05 de Julho de 2022

---

**Assinado por:**  
**Dartel Ferrari de Lima**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** RUA UNIVERSITARIA 2069  
**Bairro:** UNIVERSITARIO **CEP:** 85.819-110  
**UF:** PR **Município:** CASCADEL  
**Telefone:** (45)3220-3092 **E-mail:** cep.prppg@unioeste.br